

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**O CONTRIBUTO DA CONTABILIDADE NUMA GESTÃO TRANSPARENTE  
DAS OSFL**

**CASO: ADECO**

**HELENA CILENE SANTOS LIMA**

Mindelo, Abril de 2013

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**O CONTRIBUTO DA CONTABILIDADE NUMA GESTÃO TRANSPARENTE  
DAS OSFL**

**CASO: ADECO**

**HELENA CILENE SANTOS LIMA**

**ORIENTADOR: Dr. Afonso José Zego**

**Mindelo, Abril de 2013**

## EPIGRAFO

As  
nuvens mudam sempre de posição, mas são  
sempre nuvens no céu. Assim devemos ser  
todo dia, mutantes, porém leais com o que  
pensamos e sonhamos; Lembre-se, tudo se  
desmancha no ar, menos os pensamentos.

Paulo Beleki

## **DEDICATORIA**

Dedico este trabalho ao meu pai, Guilherme  
Manuel Lima, a minha mãe, Helena dos  
Santos Gomes e aos meus irmãos (Zenito e  
Benito)

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, por ter chegado até onde eu cheguei, pois foi graças aos seus esforços que hoje estou aqui para apresentar o meu trabalho de fim de curso.

A FICASE por me ter proporcionado uma bolsa de estudos que me permitiu terminar a minha licenciatura em Contabilidade e Administração, no ISCEE.

Também a todas as Organizações que disponibilizaram o seu tempo e os dados necessários à realização desse trabalho, em especial a Plataforma das ONG's pelo apoio dispensado, principalmente no contacto com as Organizações membros.

Aos amigos e amigas pelo companheirismo ao longo do curso e que de uma maneira ou outra, participaram na elaboração deste trabalho.

A minha amiga Elba Lopes por ter colocado a minha disposição o seu equipamento para que eu pudesse proceder a elaboração do meu trabalho.

Agradecer, Dr. Carlos Oliveira pela grande ajuda que me deu, e pelo seu tempo disponibilizado para me apoiar neste trabalho

Por fim, ao meu orientador Dr. Afonso Zego, pelo apoio e a disponibilidade proporcionados ao longo do trabalho.

## **RESUMO**

Na actualidade, tem-se cada vez mais a consciência da necessidade e da importância de ter uma informação financeira credível e em tempo oportuno. A informação financeira passou a ser a base para avaliação do desempenho dos gestores, assim como para análise da situação económico-financeira das Organizações.

A informação só é útil para tomada de decisão se tiverem as seguintes características qualitativas: Compreensibilidade, Relevância, Fiabilidade e Comparabilidade. No ambiente concorrencial em que as Organizações estão inseridas, a Contabilidade tem um papel fulcral como instrumento de tomada de decisão.

As Organizações que têm como objectivos acções sociais, actuam nas áreas como: culturais e recreativas, solidariedade social, promoção do desenvolvimento comunitário, educacionais, de protecção ao ambiente, Saúde e da promoção da higiene, entre outros.

Como essas Organizações não têm com objectivo o lucro, é necessário ter uma boa gestão e para que isso seja possível, é preciso ter-se instrumentos capazes para que isso seja possível e é neste âmbito que a Contabilidade entra como um auxílio para a gestão, como ferramenta capaz de mensurar e controlar processos, resultados e impactos nos projectos executados, a fim de que seus objectivos sociais sejam alcançados de uma forma consistente com o planeado.

A sustentabilidade, a necessidade de demonstração e de aplicação dos recursos obtidos é um forte desafio que as Organizações do terceiro sector têm de ultrapassar e, neste âmbito, a Contabilidade pode constituir um meio importante para atingir esses objectivos, através da demonstração dos resultados alcançados.

Nesta base, o contributo da Contabilidade na gestão das OSFL tem-se acentuado cada vez mais, demonstrando transparência na apresentação das suas contas, facilitando na captação de recursos e na fidelização dos seus parceiros e financiadores.

Palavras-chave: Contabilidade, Transparência, Gestão

## ABSTRACT

Nowadays it has become increasingly aware of the need and importance of having credible and timely financial information. The financial information started to be the base for evaluation of the managers acting, as well as for analysis of the economic-financial situation of the company.

The information is only useful for socket of decision if they have the following qualitative characteristics: Comprehensive, Relevance, Reliable and Comparability.

In the atmosphere concurrencies in that the Organizations are inserted the accounting has a crucial paper as instrument of socket of decision in the Organizations. The Organizations that have as purpose social action as for instance: cultural and recreational, social solidarity, promotion of the development community, education, of protection to the atmosphere, health and of the promotion of the hygiene, among others.

As those Organizations don't have with objective the profit, it is necessary to have a good administration and for that to be possible, it is necessary to have capable instruments for that to be possible and it is in this extent that the accounting enters as an aid for the administration, as tool capable to measure and to control processes, results and impacts in the executed projects, so that their social objectives are reached in a solid way with the planed.

Sustainability, the demonstration of the achieved results and the application of resources collected are strong challenges that the Organizations of the third sector have to overcome. To that extent, Accounting can contribute as an important way to reach those objectives through the demonstration of resources collected.

In this base, the contribution of the Accounting has been accentuating more and more in the administration of the nonprofit organizations, demonstrating transparency in the presentation of their finance statements, facilitating the fundraising of Organizations and loyal partners and funders.

Keywords: Accounting, Transparency, Management



## INDICE GERAL

EPIGRAFO.....	I
DEDICATORIA.....	II
AGRADECIMENTO .....	III
RESUMO .....	IV
INDICE DE QUADROS .....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	IX
ÍNDICE DE TABELAS .....	IX
CAPITULO I – Introdução.....	1
1.1 – Apresentação do tema.....	2
1.2 – Nota justificativa.....	2
1.3 – Objecto de estudo.....	3
1.3.1 – Objectivo geral .....	3
1.3.2 – Objectivo específico.....	3
CAPITULO II - A Contabilidade .....	4
2.1.-Importância da informação financeira.....	4
2.2.-A Contabilidade como instrumento de tomada de decisão pela gestão.....	5
CAPITULO III: O aparecimento das Organizações sem fins lucrativos.....	7
3.1.-Enquadramento geral das OSFL.....	7
Capitulo IV: As OSFL em Cabo Verde.....	8
4.1.-Enquadramento jurídico-legal .....	8
4.2.-Denominações e tipos de OSFL .....	10
4.3.-Características e áreas de actuação .....	12
CAPITULO V: Gestão nas OSFL .....	14
CAPITULO VI: A Contabilidade no Terceiro Sector .....	17
6.1. -A importância da Contabilidade para as OSFL .....	17
6.2. - Contabilidade & transparência na gestão .....	19
6.3. - A prestação de contas nas OSFL .....	21
6.4. - Demonstrações Financeiras elaboradas pelas OSFL e uma breve análise .....	23
CAPITULO VII – Metodologia .....	28
	VII

CAPITULO VIII -Análise dos resultados obtidos .....	30
8.1.1.-Caracterização da Organização .....	30
8.1.2.-Aspectos relacionados com os beneficiários e os interessados na Organização .....	33
8.1.3.-Aspectos relacionados com a contabilidade e à prestação de contas na Organização .....	36
8.1.4.- Aspectos relacionados com a Gestão .....	40
8.2.-Apresentação do estudo de caso.....	42
8.2.1.-Caracterização da Empresa em estudo .....	42
8.2.2.-Resultados do estudo .....	47
CAPITULO IX – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
CONCLUSÃO .....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
Referências bibliográficas e Anexo.....	52
BIBLIOGRAFIA .....	52
ANEXO .....	56

## **ÍNDICE DE QUADROS**

QUADRO 1 - DIFERENÇAS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES SEM E COM FINS LUCRATIVOS	8
QUADRO 2 - DIFERENÇAS ENTRE AS DENOMINAÇÕES	12

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: ÁREA DE ACTUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS	31
GRÁFICO 2: VANTAGENS ADVENIENTES DA CONTABILIDADE	37
GRÁFICO 3: A FORMA COMO A CONTABILIDADE ESTÁ ORGANIZADA	38
GRÁFICO 4: ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS	47

## **ÍNDICE DE TABELAS**

TABELA 1: ÁREA DE ACTUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	30
TABELA 2: TEMPO DE FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES	31
TABELA 3: ORGANIZAÇÃO POSSUI UMA MISSÃO DECLARADA/ EXPLICITADA	32
TABELA 4: NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, DE VOLUNTÁRIOS E DE ESTAGIÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO	32
TABELA 5: INCENTIVOS AOS FUNCIONÁRIOS E VOLUNTÁRIOS	34
TABELA 6: INCENTIVOS AOS PARCEIROS E DOADORES	34
	IX

TABELA 7: PESQUISAS PARA IDENTIFICAR O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIADOS	35
TABELA 8: MÉTODOS UTILIZADOS PARA IDENTIFICAR O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIADOS	35
TABELA 9: QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS DOS BENEFICIÁRIOS	35
TABELA 10: NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO	35
TABELA 11: GESTÃO PARTICIPATIVA	36
TABELA 12: CONTABILIDADE NA ORGANIZAÇÃO	36
TABELA 13: O PLANO CONTABILÍSTICO UTILIZADO NA ORGANIZAÇÃO	37
TABELA 14: CONTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO	38
TABELA 15: MAPAS FINANCEIROS ELABORADOS	39
TABELA 16: A QUEM A ORGANIZAÇÃO PRESTA CONTAS À:	39
TABELA 17: UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	39
TABELA 18: OS FUNDOS DA ORGANIZAÇÃO	40
TABELA 19: A ORGANIZAÇÃO CALCULA OS CUSTOS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS	40
TABELA 20: A ORGANIZAÇÃO FAZ UM PLANEAMENTO DAS ACTIVIDADES	41
TABELA 21: A ORGANIZAÇÃO UTILIZA ORÇAMENTO:	41

TABELA 22: DIVULGAÇÃO E CONTROLO ORÇAMENTAL	41
TABELA 23: DIVULGAÇÃO DOS ORÇAMENTOS	42
TABELA 24: OS RECURSOS FINANCEIROS DA ADECO	44
TABELA 25: OS GASTOS OPERACIONAIS DA ADECO	44
TABELA 26: CONTROLO ORÇAMENTAL DOS GASTOS	45
TABELA 27: CONTROLO ORÇAMENTAL DOS RECURSOS FINANCEIROS	46
TABELA 28: MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS	46

## LISTA DE ABREVIATURAS

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

DOAR – Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos

FICASE – Fundação Caboverdiana de Acção Social Escolar

ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento

OSC – Organizações de Solidariedade Civil

OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos

PNC – Plano Nacional de Contabilidade

SNCRF – Sistema de normalização contabilística e de relato financeiro

## **CAPITULO I – Introdução**

O Estado existe para promover o bem comum. Para isso, ele desempenha funções como segurança pública, saúde e justiça. Porém, ao longo dos anos, o Estado foi acumulando outras funções além daquelas que lhe são exclusivas, o que fez com que sua estrutura ficasse grande demais. Em função disso, apesar de a entidade estatal ser a responsável, muitas vezes, várias acções de interesse colectivo vão sendo ignoradas ou executadas de maneira deficitária.

Num mundo globalizado em que vivemos, todos precisam uns dos outros, e isso faz com que se vive em Organizações para que facilita o alcance de determinados objectivos. E as Organizações sem fins lucrativos apareceram como forma de dar atenção aos problemas sociais, que carecem de meios e de dinâmica para o seu desenvolvimento.

Essas Organizações não têm finalidade de lucro e congregam objectivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos, ambientais, desportivos ou artísticos, além de serem constituídas com missão e valores voltados para o bem comum e com evidente contribuição para o desenvolvimento económico, social e político das nações. Estão voltadas para realização de inúmeras actividades não atendidas pelo Estado ou para complementar acções públicas sob a responsabilidade deste.

As Organizações vêm cada vez mais ganhando espaço na sociedade, estão inseridas num contexto sociopolítico e económico singular, são responsáveis pelo atendimento e assistência de uma grande parcela da população carente e vêm se revelando grandes empregadores de mão-de-obra.

A gestão é indispensável nas OSFL sendo que, as decisões tomadas pelo gestor afecta o bom funcionamento dessas Organizações, e a Contabilidade é um apoio indispensável para que os gestores dessas Organizações possam tomar decisões adequadas às situações com que se deparam.

Com o intuito de mostrar que a Contabilidade pode ser uma das mais importantes ferramentas para a transparência na gestão e produção de informações nas Organizações sem fins lucrativos, tendo em conta as informações úteis que ela fornece, surge o tema a ser analisado, que é: O contributo da Contabilidade numa gestão transparente das Organizações sem fins lucrativos (OSFL).

### **1.1 – Apresentação do tema**

Toda e qualquer Organização, sendo ela lucrativa ou não, necessita de ter uma Contabilidade organizada para que a sua Administração possa tomar decisões acertadas, sobre a melhor forma de empregar os recursos que tenham disponíveis.

Com o intuito de evidenciar quais as vantagens que a Contabilidade tem vindo a trazer para as Organizações sem fins lucrativos e a importância desta para as Organizações de modo geral que se torna necessário debater sobre este tema.

### **1.2 – Nota justificativa**

Ao longo do Curso de Contabilidade e Administração cessante, falou-se pura e simplesmente das empresas cuja finalidade é realizar lucro, ou seja, das entidades dentro do contexto do Estado e do mercado (primeiro e segundo sector), então o interesse em saber mais sobre as Organizações do terceiro sector cuja motivação é o bem-estar social e não o lucro.

Levando em consideração que as Organizações sem fins lucrativos não são obrigadas a prestar contas em Cabo Verde, contrariamente às outras Organizações que têm como meta o lucro, desperta-se a curiosidade de saber sobre a gestão das mesmas.

Tendo em conta que não desenvolvem actividades para gerar rendimento, ou seja, o lucro, e tudo o que conseguem tanto a nível de doações ou empréstimos são para reinvestirem na Organização, é importante saber de que forma a Contabilidade pode contribuir para a aplicação eficaz desses recursos e prevenir em caso de gastos inesperados, contribuindo assim para uma gestão transparente das suas actividades tanto



para os beneficiários como para quem contribui na causa social que a Organização desempenha.

### **1.3 – Objecto de estudo**

O tema a ser estudado pretende dar a conhecer mais sobre as práticas contabilísticas, as demonstrações financeiras elaboradas pelas Organizações sem fins lucrativos, pois por não terem como propósito o lucro, nada mais adequado que tenham um controlo dos seus rendimentos e gastos para que saibam qual a melhor forma de utilizá-las e é com este propósito que entra a Contabilidade como instrumento de interpretação dos resultados obtidos, estudo, registo e mensuração do património das Organizações.

Nessa perspectiva, a questão a qual se pretende dar respostas é:

- Que vantagens as OSFL têm extraído das informações financeiras fornecidas pela Contabilidade, de modo a permitir uma gestão mais credível e transparente?

#### **1.3.1 – Objectivo geral**

Demonstrar de forma abrangente a importância de uma Contabilidade organizada nas OSFL.

#### **1.3.2 – Objectivo específico**

Com base no objectivo geral, pretende-se atingir os seguintes objectivos específicos:

- Demonstrar o papel da Contabilidade numa gestão transparente das OSFL
- Demonstrar como a Contabilidade tem ajudado na tomada de decisões pela gestão.

## **CAPITULO II - A Contabilidade**

### **2.1.-Importância da informação financeira**

Na actualidade tem-se cada vez mais a consciência de que a informação é um valioso e poderoso instrumento para tomada de decisões, e é com esta percepção, que cada vez mais os gestores das empresas têm visto que há uma grande necessidade de ter uma informação financeira credível e em tempo oportuno.

A informação financeira passou a ser a base para avaliação do desempenho dos gestores, assim como para análise da situação económico-financeira da empresa. Sempre houve a necessidade de recolha, processamento e o armazenamento dessa informação, para que os diversos interessados nela pudessem conhecer a sua situação, mas, de acordo com SNCRF, essa informação só é útil para tomada de decisão se tiverem as seguintes características qualitativas:

Compreensibilidade - uma qualidade essencial da informação proporcionada nas demonstrações financeiras é a de que seja rapidamente compreensível pelos utentes. Para este fim, presume-se que os utentes tenham um razoável conhecimento das actividades empresariais e económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência. Porém, a informação acerca de matérias complexas a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.

Relevância - para ser útil a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem esta qualidade da relevância quando influência nas decisões económicas dos utentes, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir as suas avaliações passadas.

Fiabilidade - para ser útil a informação também deve ser fiável. A informação tem a qualidade de fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais de preconceitos, e os

utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente.

Comparabilidade – Os utentes tem de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar as tendências na sua posição financeira, no seu desempenho e das alterações na posição financeira. Os utentes têm também de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, no seu desempenho e das alterações na posição financeira. Daqui que a mensuração e exposição dos efeitos financeiros de transacções e outros acontecimentos semelhantes devam ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo nessa entidade e de maneira consistente para diferentes entidades.

## **2.2.-A Contabilidade como instrumento de tomada de decisão pela gestão**

Hoje mais que nunca, tendo em conta o ambiente concorrencial que as empresas estão inseridas, o papel da Contabilidade como instrumento de tomada de decisão é fulcral nas organizações, quer do ponto de vista organizacional como da criação de oportunidades de crescimento, constituindo sem dúvida um elemento diferenciador.

A Contabilidade é mais do que uma questão burocrática exigida pela lei para que possa cobrar impostos, é sobretudo um elemento crucial para que uma Organização cresça com bases sólidas com vista ao sucesso futuro.

Para falar desse instrumento tão importante, **Contabilidade**, é necessário expor conceitos de alguns autores. Para Gonçalves da Silva *apud* Júlio Mendes, a Contabilidade é definida em duas perspectivas:

“A Contabilidade, em strictu sensu, ou seja, a escrituração, é uma técnica de registo e de representação de todas as transformações sofridas pelo património de qualquer entidade económica durante o exercício da sua actividade, de modo a saber em qualquer momento, a sua composição e o seu valor.” e

“ A Contabilidade, *latu sensu* é uma ciência dos processos descritivos quantitativos utilizados na análise, registo, interpretação e controlo dos factos de gestão. Visa “quantificar” tudo o que ocorre numa unidade económica fornecendo, simultaneamente, dados para a tomada de decisões da gestão.”

Na opinião de muitos autores a “Contabilidade é uma técnica que tem como finalidade descrever registar os factos patrimoniais ocorridos, tendo em vista conhecer:

- Posição devedora ou credora da empresa em relação aos que com ela transaccionam;
- Composição e valor do património;
- Gastos dos bens ou serviços vendidos;
- Origem e causas dos encargos e rendimentos;
- A natureza e importância dos resultados;
- Responsabilidades dos diversos agentes obrigados a prestar contas dos valores a ser consignados.”

Segundo Borges; Azevedo, (2008), o papel desempenhado pela Contabilidade é o de registar todas as transacções realizadas pela Organização em diários de movimentos ou auxiliares de acordo com o plano de contabilidade existente, em contas apropriadas de forma a se poder elaborar um conjunto de mapas financeiros, para prestação de contas a todos os utilizadores dessa informação.

Os gestores têm vindo a aperceberem-se da necessidade crescente que a Contabilidade tem para as decisões na empresa e cada vez mais os stakeholders têm exigido a prestação de contas por parte da gestão, e isso, é facilmente conseguido com uma Contabilidade organizada, pois as vantagens são muitas:

- Através da contabilidade geral podemos verificar se uma empresa é lucrativa;
- Podemos analisar se a empresa apresenta um nível de risco normal ou elevado;
- Observar se a empresa é financeiramente autónoma;
- Analisar a situação da sua tesouraria;

- Detectar quais os gastos mais elevados;
- Prever impostos futuros e resultados;

A Contabilidade a muito que passou a caminhar lado a lado com a Gestão, sendo que os gestores precisam de informações sobre o desempenho económico-financeiro que a organização vem tendo, cabe à Contabilidade, como vector que exprime de forma fidedigna o património da Organização, proporcionar informação relevante e fiável que sustente decisões, mantendo-se como importante instrumento de gestão, sendo necessário responder a novas necessidades de informação.

A Contabilidade financeira é uma ferramenta indispensável a gestão, faz relatórios tendo em conta as necessidades dos gestores, que se forem bem utilizadas poderá fazer com que a empresa tenha condições de controlar a sua actividade, racionalizando os seus gastos e, aumentando o seu lucro.

### **CAPITULO III: O aparecimento das Organizações sem fins lucrativos**

#### **3.1.-Enquadramento geral das OSFL**

Ao longo dos tempos o ser humano tem vindo a compreender que a cooperação reforça a acção individual, conseguindo realizar os seus objectivos de forma mais eficiente, o que não aconteceria se um indivíduo isoladamente o fizesse. Daí que se pode dizer que as Organizações existem desde os primórdios da humanidade, podendo ser lucrativas ou não lucrativas, dependendo dos seus fins.

As Organizações sem fins lucrativos surgiram na Europa após a segunda Guerra Mundial, num contexto de ajuda humanitária às populações afectadas e, em particular aos refugiados. Progressivamente, foram orientando as suas actividades para outras regiões mais carenciadas onde, na década de sessenta, diversos países foram-se tornando independentes, alargando a sua acção no domínio de cooperação para o

desenvolvimento, surgindo assim as ONGD (Organizações não Governamentais de Desenvolvimento).

Na sua natureza, as Organizações não Governamentais de Desenvolvimento são associações constituídas sem fins lucrativos para contribuir para a realização de acções de cooperação para o desenvolvimento. São, de uma maneira geral, Organizações autónomas e independentes dos poderes públicos, procedendo os seus recursos financeiros de fontes privadas (colecta de fundos, subvenções, quotas dos membros, etc.) como de subvenções públicas.

### 3.2.Quadro 1 - Diferenças entre as Organizações sem e com fins lucrativos

	<b>Organizações sem fins lucrativos</b>	<b>Organizações com fins lucrativos</b>
<b>Objectivos</b>	Salvar vidas ou ajudar os mais necessitados	Lucro
<b>Financiamento</b>	Doações, subsídios, financiamentos.	Financiamento com capitais próprios ou alheios
<b>Receitas</b>	Não são distribuídas, são reinvestidas na Organização.	São distribuídas pelos sócios

## Capítulo IV: As OSFL em Cabo Verde

### 4.1.-Enquadramento jurídico-legal

Em Cabo Verde foi a partir de 1987, com a publicação da lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro, regulando o exercício da liberdade de associações, que começaram a aparecer as primeiras ONG's. Esta lei veio permitir que:

- “Os cidadãos maiores, no gozo dos seus direitos civis, podem livremente e sem dependência de qualquer autorização, construir associações.”

Ainda esta lei concede a essas Organizações a permissão de exercerem actividades que têm por objectivo promover e contribuir para a construção de uma vida melhor para todos, e, com isso, o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais preocupada com a problemática das pessoas e do seu bem-estar, com a tónica nos seguintes pontos:

- Culturais e recreativas
- Solidariedade social
- Promoção do desenvolvimento comunitário
- Educacionais
- De protecção ao ambiente
- Saúde e da promoção da higiene

Com a publicação em 1987 da lei sobre as associações (Lei nº 28/III/87), mais tarde revogado pela Lei nº 25/VI/2003 de 21 de Julho, criou-se condições para o aparecimento da Plataforma das ONG's, em Cabo Verde.

A 16 de Junho de 1996, após um processo dinâmico de organização, participação e tomada de consciência e de afirmação progressiva da sociedade civil cabo-verdiana surge a primeira Plataforma das ONG's com o propósito de defender o interesse das associações membros e intervir pela defesa das suas causas.

A Plataforma das ONG's apostou, desde sempre, na criação de condições que favorecessem o diálogo, a participação e o fortalecimento das OSC's, em estrito respeito pelos seus ideais e princípios que passa, obrigatoriamente, pela sua capacidade de organização.

As Organizações desde a liberalização das associações tem crescido muito e hoje em Cabo Verde pode-se contar já com mais de duzentas ONG's e seiscentas de outras categorias de OSC's sob forma de: associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras.

As ONG's são as Organizações que mais se destacam no dinamismo e desenvolvimento social seguida das associações comunitárias que, em todas as ilhas, vêm participando, de forma significativa para o desenvolvimento de Cabo Verde em variados domínios e sectores de actividade, contribuindo assim para a redução da pobreza e exclusão social, implementando acções de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito vulneráveis.

Quanto a distribuição geográfica dessas Organizações, a grande maioria das ONG's e Organizações Comunitárias de Base (OCB's) tem sede na ilha de Santiago, mais precisamente na Capital do país, Praia, existindo também em S. Vicente e em número pouco significativo nas demais ilhas.

Todavia, as ONG's e demais OSC's deparam-se com inúmeras dificuldades na sua acção, a começar pela sua limitação em termos de condições institucionais e capacidades internas para realizar uma boa gestão dos recursos que conseguem junto de parceiros nacionais e internacionais de desenvolvimento.

#### **4.2.-Denominações de OSFL**

Segundo vários autores, as OSFL podem pertencer ao sector público ou sector intermédio (nem público nem privado) e ambas possuem como principal objectivo a prestação de serviços sociais.

São muitas as denominações que se encontram para caracterizar as Organizações sem fins lucrativos:

- Organizações de Solidariedade Civil
- Organizações não governamentais
- Organizações sem fins lucrativos
- Terceiro sector



Buscar uma definição clara e objectiva para essas entidades não é tarefa fácil. “Todas estas expressões usadas para designar as entidades, fora do contexto do Estado e do mercado, não reflectem, por si só, o que são e qual o efectivo papel que desempenham no contexto social, económico e político contemporâneo” (Olak e Nascimento, 2006, p. 1).<sup>1</sup>

De acordo com José Mendes “**surgiram** as Organizações que formam o Terceiro Sector (em relação ao Estado Primeiro Sector e ao Mercado, Segundo Sector), entidades sem fins lucrativos, identificadas em: Organizações Não Governamentais (ONG's), fundações, organizações de moradores, movimentos sociais, etc., assumindo o atendimento a questões voltadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres negras e povos indígenas, ou de protecção ao meio ambiente, promoção do desporto, da cultura e do lazer”.

De referir que muitas dessas Organizações desempenham funções que são da competência do sector público, mas não são governamentais.

Zanluca<sup>2</sup> identifica e distingue os sectores da seguinte forma:

- O primeiro sector é o governo, responsável pelas questões sociais.
- O segundo sector é o privado, responsável pelas questões individuais, tendo como objectivo primordial o lucro.
- O terceiro sector é constituído por Organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objectivo gerar serviços de carácter público.

---

<sup>1</sup> Apud Silva *et al.* (S.D.), A contabilidade no terceiro sector, consultado em [www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329](http://www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329)

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm> consultado em 17 de Dezembro de 2012

## Quadro 2 - Diferenças entre as denominações

Aspectos relevantes		Limitações
Organizações Fins Lucrativos	Sem	Carácter económico: não ter como finalidade gerar lucros para os seus proprietários.
Terceiro Sector		Importância das instituições que dele fazem parte, colocando-as a par do sector público e do sector privado.
Organizações Governamentais	Não	Organizações distintas do Estado e carácter dos bens produzidos que visam o bem comum e a acção social.
<b>Empresas Sociais</b>		Denominação pela positiva. Expressão mais abrangente, Incluindo associações, fundações, mutualidades e cooperativas, outras formas de pequenas empresas lucrativas com fins sociais.
		Abrange tanto instituições privadas sem fins lucrativos como instituições públicas, por estas não terem como objectivo o lucro.
		As instituições do terceiro sector são também instituições privadas.
		Abrange todo o sector privado, tanto lucrativo como não lucrativo.
		Inclui organizações híbridas, abrange instituições privadas de acção social sem fins lucrativos. Parcerias intersectoriais, cooperativas e negócios orientados socialmente.

Fonte: Tese de mestrado de Sistemas de Controlo de Gestão em Instituições Sem Fins Lucrativos de Susana Raquel Teixeira Soares de Resende

### 4.3.-Características

Tendo em conta a opinião de vários autores no que se refere as características das OSFL após uma análise das mesmas, as características fundamentais e específicas das entidades que compõem o Terceiro Sector, são as seguintes:

- Existem para um fim social;

- Não estão sujeitos a controlo político directo, ou seja, é independente do Estado;
- O lucro não é o objectivo primordial das OSFL, mas sim um meio necessário para garantir continuidade e cumprimento de seus propósitos institucionais;
- O lucro da Organização não é para distribuir aos sócios, mas para reinvestir na Organização;
- As contribuições, doações e subvenções constituem normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, económicos e materiais dessas entidades.

Algumas particularidades apontadas às organizações do terceiro sector (Maria Fonseca, 2007):

- ❖ Os valores têm de ser protegidos acima de tudo como razão de ser da Organização;
- ❖ O voluntariado é um ingrediente essencial;
- ❖ Apresenta com facilidade objectivos vagos;
- ❖ As prioridades não são traçadas pelos indicadores financeiros;
- ❖ O desempenho é complexo de ser acompanhado e avaliado;
- ❖ A gestão das estruturas é difícil por atender a motivações diversas dos seus membros quer filantrópicas e também privadas;
- ❖ As organizações prestam contas a muitos stakeholders com exigências diferentes;
- ❖ Há uma ligação muito fraca entre os fornecedores de fundos e utilizadores de serviços (excepto nas cooperativas)

## **CAPITULO V: Gestão nas OSFL**

A gestão das Organizações sem fins lucrativos é considerada como um ponto essencial para o avanço e crescimento destas. Num ambiente onde as entradas são escassas, a gestão deve ser de excelência, pois as saídas não podem comprometer a imagem da instituição, daí a necessidade de planeamento, organização e fiscalização.

É através do planeamento que se define o que a organização pretende realizar no futuro, monitorizando sempre as modificações impostas pela dinâmica do ambiente em que está inserida.

Independentemente da natureza da Organização, com ou sem fins lucrativos, os seus recursos devem ser geridos e os gestores de topo obrigados a prestar contas da sua acção. Para Borges *et al*, (2002:60) *apud* Carlos Mata, (2007), é neste contexto que a Contabilidade surge como “um instrumento indispensável numa sociedade moderna que se pretende de rigor e de conhecimento.

Para se fazer uma boa gestão é necessário ter instrumentos capazes para que isso seja possível e é neste âmbito que a Contabilidade entra como um auxílio para a gestão, como ferramenta capaz de mensurar e controlar processos, resultados e impactos nos projectos executados, a fim de que seus objectivos sociais sejam alcançados de uma forma consistente com o planeado.

Segundo Hudson (1999), *apud* Alexandra Soares, “as Organizações do Terceiro Sector, a partir da década de 90, além de perceberem que a administração é importante para o seu sucesso, viram-se também obrigadas a repensar a sua missão, a sua forma de actuação e seu funcionamento, para enfrentar desafios que colocariam em xaque sua forma de gestão (Tenório, 2006).”

Neste âmbito, destaca-se o papel do Gestor como principal responsável pelo sucesso ou não de uma Organização tendo em conta que as suas decisões têm reflexos no que respeita a uma boa distribuição e aplicação dos recursos disponíveis.

No que se refere à gestão das OSFL há factores fundamentais a se ter em conta para o crescimento, desenvolvimento e tomada de decisões:

- A captação de recursos,
- A adequada utilização da informação financeira
- A adequada utilização de talentos humanos

Falconer (1999, p.17-20)<sup>3</sup> resume em quatro as principais necessidades de desenvolvimento de gestão das organizações do Terceiro Sector:

- ❖ **Stakeholder accountability** – Refere-se à necessidade de transparência e o cumprimento do dever das organizações em prestar contas aos diversos públicos que tem interesses legítimos diante delas.
- ❖ **Sustentabilidade** – A sustentabilidade é entendida nesse contexto como a capacidade de captar suficientemente e de modo contínuo, recursos – financeiros, materiais e humanos – e a sua utilização com competência, de maneira a perpetuar a organização e permiti-la alcançar os seus objectivos.
- ❖ **Qualidade de serviços** – Ao evocar a necessidade de qualidade de serviços, a postura assistencial deve ser substituída pela consciência de consumidores ou cidadãos conscientes de seus direitos. Há uma exigência do uso eficiente de recursos e a necessidade de avaliar o que deve ser prioridade em função dos recursos disponíveis, das necessidades do público e das alternativas existentes.
- ❖ **Capacidade de articulação** - A solução dos problemas públicos passa pela articulação cada vez maior dos diversos segmentos sociais, por meio da formação de alianças, parcerias, redes e coalizões. Compartilhar informações e actuar conjuntamente são os caminhos para potencializar a capacidade de

---

<sup>3</sup>Disponível em <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D014.pdf>

actores públicos, empresariais e não governamentais para abordarem questões públicas e alcançarem resultados de impacto.

As Organizações sem fins lucrativos encontram dificuldades na captação de recursos financeiros destinados a projectos sociais, já que cada vez mais Organizações com esses mesmos fins surgem a cada ano e as instituições financiadoras não tendem a surgir na mesma proporção.

A importância da gestão e captação de recursos para as organizações sem fins lucrativos é um dos maiores desafios com que se confrontam, já que em muitas delas não são geradas rendimentos suficientes para a manutenção de seu funcionamento e para sua sobrevivência.

Quando se refere a captação de recursos muitas vezes cai-se no erro de pensar somente em meios financeiros. Mas a captação de recursos é mais do que dinheiro, é também a necessidade de voluntários, bens físicos (equipamentos), e bens de primeira necessidade (como alimentos e roupas).

Os potenciais doadores procuram escolher as Organizações com missões bem definidas e que estejam de acordo com os seus ideais, ou seja, que tenha os mesmos princípios no qual acreditam e sobretudo que sejam transparentes, neutras e verdadeiras, na divulgação das informações da Organização.

Não é desejável ter somente doadores – a empresa deve transformá-los em contribuintes, parceiros, por meio de sua identificação, da eficiente utilização dos recursos e da apresentação aos doadores dos resultados advindos dos recursos doados. (Santos et al, 2008)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Santos et al, Artigo Gestão de pessoas em organizações, Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 75-91, 2008, disponível em [www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v15nspe/v15nespa6](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v15nspe/v15nespa6) (consultado em 23 de Novembro de 2012)

Segundo Adulis, (2002); Tachizawa, (2007) *apud* Santos *et al* (2008), na gestão da captação de recursos financeiros, as Organizações devem utilizar os meios de comunicação (contactos, telefones, e-mails) com o propósito de aumentar a consciência dos potenciais doadores sobre a organização, além de apresentar de forma clara os objectivos, a missão da Organização e as razões pelas quais os possíveis apoiantes deveriam oferecer seus recursos.

Dessa forma, as Organizações devem profissionalizar a gestão de suas actividades e aprimorar o seu relacionamento com os doadores e parceiros.

Para que possamos ter uma boa gestão das Organizações sem fins lucrativos, é necessária a formação do pessoal da área de gestão e de uma Contabilidade organizada para a tomada de decisões acertadas e oportunas.

## **CAPITULO VI: A Contabilidade no Terceiro Sector**

### **6.1. -A importância da Contabilidade para as OSFL**

A nossa sociedade tem vindo a presenciar o crescimento cada vez mais acentuado das Organizações sem fins lucrativos (OSFL), que desempenham funções cada vez mais amplas e relevantes, tendo pois um processo económico que precisa ser controlado e divulgado aos seus utentes através da Contabilidade.

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controlo e de registo relativos aos actos e factos da administração económica” (WILKEN S/A, P. 9, *apud* Silva, 2008)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Luiz Ivan dos Santos Silva, Contabilidade: objecto, objectivos e funções, disponível em [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5\\_contabilidade\\_objeto\\_objetivos\\_e\\_funcoes.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5_contabilidade_objeto_objetivos_e_funcoes.pdf) (consultado em 29-04-2013)

Através das suas funções, controlo e registo, ela alcança sua finalidade que é de orientar o administrador sobre as alterações ocorridas no Património, geradas pela sua actuação no controlar do movimento de todas as alterações através de registos próprios e sistematizados.

Muitas são as transformações que estão ocorrendo em todo o mundo nos últimos anos, principalmente na área económica, social e cultural, deixando assim marcas profundas na sociedade. Essas mudanças vêm exigindo uma série de adequações em todos os sectores.

Nesta base, a Contabilidade deixou de ser um simples instrumento de registo e de controlo, para desempenhar um papel muito mais importante na vida da administração de uma entidade, ou seja, é hoje a Contabilidade um poderoso instrumento que dispõe o gestor para a tomada de decisões, actuando quer na esfera das entidades com fins lucrativos, quer na dos sem fins lucrativos.

Segundo Zalunca (2008), sendo a Contabilidade uma das ciências mais antigas do mundo, o seu papel social é o de buscar para uma Organização, seja sem fins lucrativos ou não, as informações económico-financeiras sobre seu património e suas mutações.

Muito embora as características das OSFL, portanto Organizações que não têm finalidade de lucro e congregam vários objectivos, nomeadamente sociais, filantrópicos e culturais, essas organizações segundo Bloedau; Lima, (2008, P.1)<sup>6</sup> têm acesso a algumas facilidades, como o financiamento público feito através de isenção de impostos. Além destes recursos, estas entidades recebem doações e contribuições de particulares ou empresas, gerando, com isto, uma necessidade de apresentarem uma adequada prestação de contas, tanto à sociedade quanto ao fisco e aos particulares que financiam, directa ou indirectamente, suas actividades.

---

<sup>6</sup> Apud Silva *et al* (S.D.) A contabilidade no terceiro sector, disponível em [www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329](http://www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329)



Fica assim na perspectiva de Olak; Nascimento, (2000, P.4)<sup>7</sup> evidenciada a importância da Contabilidade, que é definida como um sistema de informação e mensuração que passou a ser requerida em diversos momentos pelos vários organismos governamentais e não governamentais, para fornecer-lhes Demonstrações Financeiras e outras informações por ela geradas, para fins de prestação de contas das acções dessas entidades.

## **6.2. - Contabilidade & transparência na gestão**

A sustentabilidade é um forte desafio a que as Organizações do terceiro sector têm de ultrapassar. Desta forma surge então, a necessidade de uma ferramenta que promova a transparência das acções dessas Organizações e fomenta sua credibilidade.

A Contabilidade torna-se indispensável nesse processo, pois, como essas entidades recebem recursos públicos e privados, é necessário fornecer aos seus usuários informações e relatórios contabilísticos que evidenciem as operações realizadas pelas organizações. A Contabilidade também actua como suporte à tomada de decisão e permite que os registos feitos sejam realizados de forma clara e consistente.

A transparência no terceiro sector pode ser auxiliada pela Contabilidade através da demonstração dos resultados alcançados, pois, torna-se cada vez mais necessária a demonstração dos recursos arrecadados pelas entidades e também, da aplicação destes recursos.

Na perspectiva de Araújo; Cardoso; Novais, (2012), no actual contexto em que as Organizações se deparam, com: (i) expansão do terceiro sector, (ii) incremento da diversidade e complexidade dos bens e serviços prestados, (iii) redução dos apoios governamentais e (iv) aumento da concorrência pelas fontes de financiamento privados, é notório o crescente interesse dos financiadores e dos doadores a mais e melhor informação por parte das OSFL, nomeadamente quanto a forma como os fundos estão a

---

<sup>7</sup> Apud Silva *et al* (S.D.) A contabilidade no terceiro sector, disponível em [www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329](http://www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329)

ser geridos e aplicados, bem como o maior interesse por parte da sociedade civil em virtude das isenções fiscais e dos subsídios que o Estado concede a estas entidades.

Neste sentido, a Contabilidade impõe-se como uma ferramenta indispensável no processo de transparência das acções realizadas pelas Organizações sem fins lucrativas, por ser definida como o método de identificar, mensurar e comunicar informações com a finalidade de proporcionar julgamentos e decisões adequadas aos usuários internos e externos.

Para que haja mudança nesse quadro, faz-se necessário que as instituições do terceiro sector tenham preocupação de demonstrar tudo o que acontece em seu interior mostrando assim, aos seus doadores a transparência de seus actos.

Segundo Milani (2009) *apud* Santos, (2010), a transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas em um ambiente competitivo por recursos que são financeiros e não financeiros.

Por este motivo, a publicação e a evidenciação das informações financeiras, de tais entidades não deve ser vista somente no âmbito de uma exigência legal, mas também sob o princípio da transparência para todos que dela utilizam, constituindo tal, um ponto vital para sua sobrevivência (Alves *et al*, 2012)<sup>8</sup>.

Deste modo é evidente o papel fundamental da Contabilidade nessas Organizações, pois é responsável por divulgar os resultados dando-os a conhecer tanto aos doadores como aos beneficiários, de forma transparente e através das demonstrações financeiras a sustentabilidade e o êxito dessas Organizações.

---

<sup>8</sup> Alves, *et al* III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contabilísticas - AdCont 2012 9 a 11 de Outubro de 2012 - Rio de Janeiro, RJ A utilização de Instrumentos de Contabilidade de gestão em entidades do Terceiro Sector)

### **6.3. - A prestação de contas nas OSFL**

A prestação de contas é um desafio para todos os tipos de Organizações, já que, cada vez mais, há disputa pela confiança e credibilidade, qualquer que seja o nicho de actuação. Uma das questões mais preocupantes das Organizações do terceiro sector, para que possam conquistar definitivamente seu espaço, e a conquista de legitimidade em face de toda a sua gama de interessados, o que ocorre por meio da prestação eficaz de contas (Koslinski, 2007, *apud* Santos, 2010).

A divulgação da informação financeira não só, objectiva a prestação de contas, intimamente relacionada com a transparência das OSFL, bem como a abrangência em termos de público alvo diverso.

Jordam (2007) citado por Santos (2010), destaca duas categorias que devem ser atendidas mediante a prestação de contas das ONG's. Primeiramente tem-se os actores que pedem, requerem formalmente, exigem prestação de contas, com mecanismos coercitivos, como os grandes financiadores, parceiros e doadores, além do governo. Em segundo lugar vem os doadores, os voluntários, os beneficiários, a comunidade atingida e a sociedade em geral. Os primeiros observam a efectividade da aplicação dos recursos e suas formas; já, os segundos, possibilitam a legitimação da entidade, aumentando o grau de fiabilidade e comunicação com o público

Entende-se, que essa prestação de contas refere-se não só ao recebimento dos recursos, mas, também, sua aplicação e os resultados obtidos pelas Organizações do terceiro sector. "Deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também, como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas" (Cruz, 2002)<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> A Contabilidade Aplicada Nas Organizações Do Terceiro Sector, disponível em (<http://www.webartigos.com/artigos/a-contabilidade-aplicada-nas-organizacoes-do-terceiro-setor/5056/>)

Segundo Casas e Lloyd (2005) *apud* Santos (2010), são quatro as entidades para as quais a prestação de contas é necessária e deve ser elaborada pela OSFL:

1. Aos financiadores - quase sempre estabelecidos os mecanismos já nas obrigações contratuais;
2. Ao governo - através da própria legislação reguladora do sector, de conhecimento prévio da organização;
3. Aos doadores eventuais e voluntários - são eles que quotidianamente colocam em prática as actividades - fim da entidade, empenhando dinheiro;
4. Aos beneficiários - são os demandantes das tarefas executadas, a causa de existir de uma Organização, e devem sentir-se parte dela, não meros objectos, devendo, portanto, estar aptas a participar dos procedimentos organizacionais.

A prestação de contas por parte das Organizações sem fins lucrativos é importante porque possuem uma função social, e este é um aspecto a se ter em conta, pois as suas actividades estão relacionadas com a sociedade, e esta precisa de um “feedback” da actuação destas na economia do país.

Ao se abordar o tema “prestação de contas”, a que salientar que há demonstrações financeiras obrigatórias e há as que não o são, e que, no caso dessas Organizações, as que não são obrigatórias constituem a melhor ferramenta para averiguar e ajuizar sobre a transparência na gestão.

A prestação de contas pode ser de carácter financeiro ou não, ou ainda englobar ambos os componentes. O interesse da sociedade na prestação de contas dos recursos investidos em determinada entidade é uma das ferramentas para a transparência da entidade. Entretanto, a prestação de contas não financeira pode evidenciar, principalmente, a eficiência com que esses recursos foram gastos em prol dos objectivos a que se propôs a entidade.

O modelo contabilístico que se aplica as OSFL é o mesmo modelo que é aplicado nas empresas, o que demonstra que as reais necessidades dessas instituições não são levadas em consideração:

1º - Em Cabo Verde não se exige a prestação de contas dessas Organizações;

2º - O novo plano contabilístico (SNCRF) foi concebido para as entidades comerciais tornando mais complexa a prestação de contas para essas Organizações;

3º - Não há leis que regulam as contas ou que demonstra quais os mapas a serem elaborados por estas.

#### **6.4. - Demonstrações Financeiras elaboradas pelas OSFL e uma breve análise**

Para se esclarecer a questão relacionada com as Demonstrações Financeiras utilizadas pelas OSFL, houve a necessidade de pesquisar sobre o que é feito em outros países e utilizar um como elemento de comparação.

Dos dados disponíveis, afere-se que, segundo as normas brasileiras, as Demonstrações Financeiras elaboradas na prestação de contas das OSFL são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Superávit ou Déficit (Demonstração do Resultado)
- Demonstração das Mutações do Património Social (Demonstração de alterações do capital próprio)
- Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
- Demonstrações de Fluxo de Caixa
- Notas explicativas

No entanto deve-se realçar que em Janeiro de 2008, entrou em vigor uma lei no Brasil que fez modificações na forma de registo e de elaboração das demonstrações financeiras

onde veio a substituir o uso da demonstração de origem e de aplicação de fundos pela demonstração de fluxo de caixa.

Em Cabo Verde as Organizações sem fins lucrativas como não são obrigadas a prestar contas anualmente, como as outras Organizações com fins lucrativas, utilizam as demonstrações financeiras como meio de controlo das suas actividades operacionais e por exigência dos seus parceiros e doadores.

Deste modo, as demonstrações financeiras, regra geral, elaboradas pelas OSFL em Cabo Verde são as a seguir apresentadas:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstrações de fluxo de caixa
- Anexo

O **Balanço** é uma demonstração financeira que apresenta a posição financeira de uma empresa no final do seu exercício económico e que divulga, devidamente agrupados e classificados activos passivos e o capital próprio (Costa; Alves, 2008, p. 152).

Esta é a definição aplicada em Cabo Verde, as que se seguem são referidas deste modo no Brasil porque o balanço utilizado nas empresas sofreu modificações que achou conveniente para as OSFL.

O Instituto Ethos (2009)<sup>10</sup> afirma que o Balanço Social é um meio de dar transparência às actividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da Organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende a sua visão e a seus compromissos

---

<sup>10</sup> <http://www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-o-balanco-social-e-quais-os-beneficios-de-sua-utilizacao-pelas-organizacoes/>  
(consultado em 20-03-2013)

Kroetz (2000, p.68) ressalta a importância do balanço social como ferramenta de gestão:

O balanço social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta de gestão, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controlo, de auxílio para a tomada de decisões e na adopção de estratégias. É, ainda, um instrumento de auxílio na gestão da entidade, contribuindo para a melhoria da estrutura organizacional, da informação e da comunicação, da produtividade, da eficiência e eficácia etc. (Brito *et al*, 2008)

A **Demonstração de resultados do exercício** é uma demonstração financeira utilizada pelas empresas para demonstrar o lucro ou prejuízo obtido num exercício económico, e do mesmo ponto de vista é utilizado em Cabo Verde para as OSFL, sem nenhuma alteração, sem ter em atenção que essas Organizações não pretendem alcançar o lucro.

Enquanto no Brasil esta demonstração é denominada de "Demonstração do Superávit ou Déficit", que tem por objectivo principal, nas entidades sem fins lucrativos, evidenciar todas as actividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado de "Exercício". Por esse motivo, prefere-se utilizar a expressão "Demonstração do Superávit ou Déficit das Actividades" ao invés de "Demonstração do Resultado". (Olak; Nascimento, 2006, p. 14, *apud* Santos, 2010).

Ainda segundo os autores já referidos, a ênfase é dada à actividade e não ao resultado, como ocorre nas entidades de fins lucrativos. Obviamente, ao final, será evidenciado, também, um resultado (superavitário ou deficitário), mas à entidade sem fins lucrativos, em linhas gerais, a preocupação maior é com as actividades desenvolvidas do que com o resultado.

A **Demonstração de Fluxo de Caixa** é uma demonstração financeira adoptada para apresentar as alterações na posição financeira na qual os influxos e os exclusivos de caixa são devidamente explicados e justificados.

A demonstração de fluxo de caixa é um quadro de informação histórica detalhada que evidencia os recebimentos e os pagamentos de uma empresa, durante um determinado período de tempo. Trata-se de um quadro que visa responder a uma questão simples mas que preocupa muitos empresários que é saber **de onde veio o dinheiro e onde foi aplicado**. (Borges; Rodrigues, 2008, p.44)

A DFC tem como objectivos proporcionar informações sobre os recebimentos e pagamentos, proporcionar aos usuários da informação financeira uma análise prudente do desempenho do fluxo financeiro de uma Organização, para que possa permitir aos gestores avaliar os resultados, visualizar as dificuldades, levando a uma melhor tomada de decisões. Portanto, a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entra no caixa em determinado período, o Resultado do Fluxo Financeiro, é uma demonstração dinâmica.

### **A Demonstração de alterações do capital próprio**

Nas entidades do Terceiro Sector, essa demonstração é bastante importante para identificar como são gerados os recursos utilizados e onde são aplicados. É certo que o balanço por si só não consegue identificar esses detalhes, tão demandados por seus usuários da informação, por isso, justifica-se a elaboração dessa demonstração no conjunto das demonstrações financeiras.

Tem por objectivo facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do património líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social. Do ponto de vista da gestão, e para análise, essa demonstração permite uma visão mais adequada do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas de sua evolução ou regressão. (Braga (2003, p.107)

**A Demonstração de Origem e Aplicação de recursos** é a demonstração financeira que tem como propósito evidenciar, as alterações ocorridas num determinado período que proporciona variações no capital corrente líquido da entidade.



Olak; Nascimento (2006, p.77) *apud* Eliete Beton, (2009) relatam que a DOAR: Ajuda o usuário a compreender como e por que a posição financeira da entidade mudou de um período para outro. Essa demonstração é também contemplada pela legislação societária e útil por evidenciar, de um lado, de onde vieram os recursos e, de outro, onde tais recursos foram aplicados. Esta peça contabilística ajuda os usuários a compreenderem as mudanças ocorridas no financeiro da entidade, de um período para o outro, mostrando de onde vieram e onde os recursos foram aplicados.

Ainda é elaborado **notas explicativas** que tem como objectivo fornecer informações adequadas que, por algum motivo, não foram evidenciadas nas demonstrações financeiras. Caracterizam-se pela qualidade e clareza. (Imeton, 2008)

As notas explicativas não podem contradizer as informações contidas nas demonstrações financeiras, e não podem ser utilizadas como método de avaliação ou substituição de classificação.

Nas OSFL em Cabo Verde, fazem o Anexo que tem o mesmo fim que as notas explicativas. Segundo o SNCRF é uma demonstração financeira que não tem uma estrutura rígida, sendo constituído por um conjunto de notas apresentadas, por ordem sequencial, fazendo uma referenciação cruzada com os itens constantes das demonstrações financeiras sendo que a informação mínima a ser apresentada é a que a cada momento for exigido pelo sistema de normalização contabilística e de relato financeiro, havendo apenas obrigatoriedade de apresentar as notas 0, 1, 2, N-3, N-2, N-1, e N com determinado conteúdo conforme documento oficial.

## **CAPITULO VII – Metodologia**

Neste capítulo, serão apresentados quais as técnicas aplicadas na elaboração deste trabalho, quais os factores que motivaram a escolha desses métodos. E ainda neste mesmo capítulo indicar a população e a amostra a ser estudada.

Após o levantamento de toda a parte teórica, ou seja, das principais definições, das abordagens de diversos autores através de pesquisas em livros, artigos científicos, em websites e revistas, iniciou-se a fase de recolha de dados.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram de carácter qualitativo e quantitativo, com o uso de um questionário como forma de colecta de dados em diversas Organizações. No questionário privilegiou-se perguntas na área contabilística e de gestão levando em consideração que o que se quer saber, é como que a Contabilidade ajuda essas Organizações na transparência das suas contas. Para uma melhor compreensão, fez-se um estudo de caso a uma Organização, a ADECO, procurou-se saber as vantagens e importância da Contabilidade na Organização em causa, e se efectuar uma comparação entre os métodos por esta utilizada com as demais Organizações.

Referiu-se a pesquisa quantitativa e é importante dar um entendimento do mesmo. Segundo Silva (2008) “o pesquisador quantitativo sempre deixa para a sociedade a ideia de melhor qualidade nas suas investigações por utilizar-se de técnicas sofisticadas, emprego aprimorado da estatística.”

Para análise quantitativa recorreu-se ao tratamento estatístico das respostas do questionário aplicado, a partir do software de análise estatística SPSS. Esse software permite, entre outras funcionalidades, o cruzamento de várias questões e o agrupamento de questões abertas, o que facilita a análise das informações.

Quando se menciona análise estatística, há necessidade de se definir qual a população a ser estudada e a extensão da amostra a ser utilizada, mas é preciso ter em mente um conceito de cada um:

“O conjunto de todos os elementos que possuem determinada característica em comum constitui uma população ou universo.” (Hoffmann, 1998)

“Amostra é um subconjunto de elementos retirados de uma população, para obter informações sobre essa população.” (Vieira, 2006)

A população estudada foram as Organizações sem fins lucrativos de São Vicente, que são membros da Plataforma das ONG's, Organização que tem como objectivo a defesa do interesse das mesmas. Em São Vicente, existem cerca de 80 Organizações, sendo que apenas 52 são consideradas activas. Dessa população, considerou-se uma amostra de 20 Organizações, mas apenas 15 responderam ao questionário.

Foi elaborado um questionário que foi aplicado para certificar-se da clareza das questões, a existência de perguntas desnecessárias e, principalmente, receber sugestões para melhorá-lo.

Quando se refere à pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Silva e Menezes, 2005)

Quanto ao objectivo da pesquisa exploratória, segundo Gil (1999, *apud* Silva e Menezes, 2005) a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente real, quando as fronteiras entre fenómenos e o seu contexto real não são evidentes, e na qual se utilizam múltiplas fontes de evidência. (Yin, 2003)

Para a realização do estudo de caso, a recolha de informação foi feita por documentos contabilísticos e questionários.

## **CAPITULO VIII -Análise dos resultados obtidos**

O questionário que foi aplicado, é constituído por um conjunto de 31 perguntas no total, que se encontram estruturadas em quatro conjuntos de questões, em que cada um contém os seguintes aspectos:

- ❖ Caracterização da Organização em estudo
- ❖ Aspectos sobre os beneficiários e parceiros das Organizações
- ❖ Aspectos relacionados com a Contabilidade e prestação de contas
- ❖ Aspectos sobre a gestão

### **8.1.1.-Caracterização da Organização**

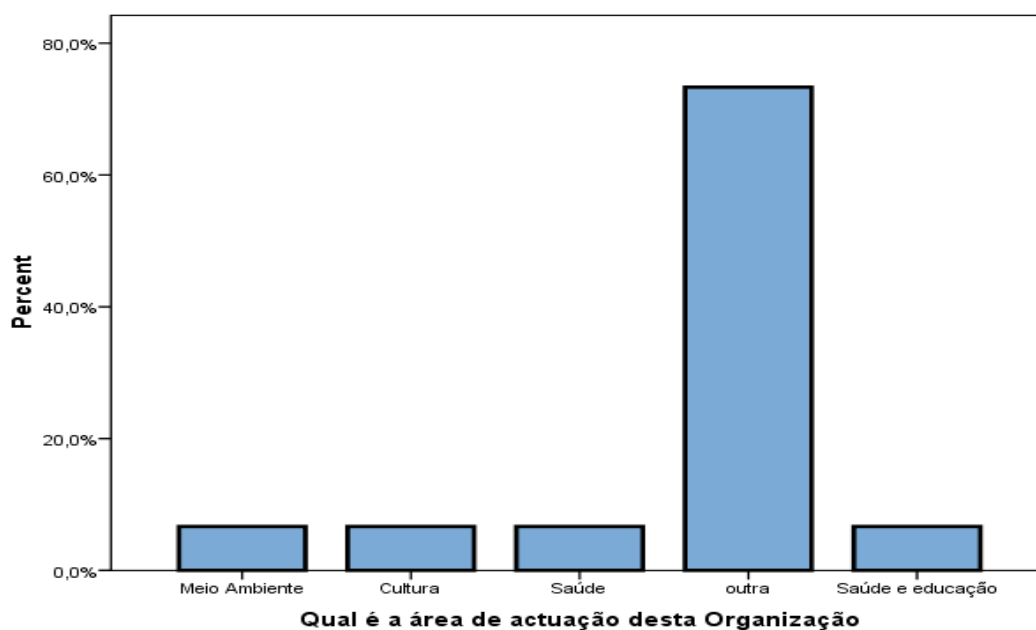
Neste primeiro grupo de questões privilegiou-se aspectos relacionados com as Organizações como: a área de actuação, tempo de funcionamento, a missão e o número funcionários e voluntários a eles afectos.

Das Organizações que foram inquiridas, num total de 15 Organizações, a maioria, 73.0%, trabalham com “outras áreas” (que podem ser social, desportivas, entre outros), 6.7% actuam na área ambiental, 6.7% trabalha na área cultural, e os restantes 13.3% actuam na área da saúde.

	<b>Educação</b>	<b>Meio ambiente</b>	<b>Cultura</b>	<b>Saúde</b>	<b>Outra</b>	<b>Total</b>
<b>Respostas</b>	—	1	1	2	11	15
<b>Porcentagem</b>	—	6.7%	6.7%	13.3%	73.3%	100%

**Tabela 1:** área de actuação das Organizações

O gráfico 1, ilustra a área de actuação das Organizações e a forma como elas estão distribuídas pelas diversas áreas.



**Gráfico 1:** área de actuação das Organizações pesquisadas

Quanto ao tempo de funcionamento, 87.0% dessas Organizações já actuam em São Vicente a mais de cinco anos, e uma minoria representativa de 13.0% actuam a um período entre 3 e 5 anos. (Tabela 2)

	Menos de 1ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
<b>Respostas</b>	—	—	2	13	15
<b>Percentagem</b>	—	—	13.0%	87.0%	100%

**Tabela 2:** Tempo de funcionamento das Organizações

Quanto à missão, 87.0% das respostas foram positivas, as Organizações possuem uma missão declarada e explícita de modo que se possa identificar os beneficiados das suas actividades e acções, mas 13.0% não têm uma missão declarada por actuar em diversas áreas maioritariamente por projectos (dados constam na tabela 3)

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
<b>Respostas</b>	13	2	15
<b>Percentagem</b>	87.0%	13.0%	100%

**Tabela 3:** Organização possui uma Missão declarada/ explicitada

Para se ter uma noção da quantidade de colaboradores das Organizações (funcionários, voluntários e estagiários), procurou-se saber qual a percentagem por classe. Quanto ao número de funcionários, verificou-se que 74.0% das Organizações possuem até 5 funcionários, 27.0% possuem acima de 15 funcionários, 13.0% possuem entre 5 a 10 funcionários e 13.0% possuem entre 11 a 15 funcionários. Quanto a voluntários, 33.3% possuem até 5 voluntários, 27.0% contam com mais de 15 voluntários, 20.0% têm entre 5 e 10 voluntários, 6.7% possuem entre 11 a 15 voluntários e os restantes 13.0% não têm voluntários. No que se refere a estagiários, 67.0% têm até 3 estagiários, 6.7% têm entre 3 e 5 estagiários, 6.7% possuem entre 5 e 8 estagiários e 20.0% dessas Organizações não têm estagiários (como está referenciado na tabela 4).

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Até 5 funcionários</b>	7	74.0%
<b>Entre 5 e 10 funcionários</b>	2	13.0%
<b>Entre 11 a 15 funcionário</b>	—	—
<b>Acima de 15 funcionários</b>	4	27.0%
<b>Nenhum</b>	2	13.0%
<b>Total</b>	15	100.0%
<b>Até 5 voluntários</b>	5	33.3%
<b>Entre 5 e 10 voluntários</b>	3	20.0%
<b>Entre 11 e 15 voluntários</b>	1	6.7%
<b>Acima de 15 voluntários</b>	4	27.0%
<b>Nenhum</b>	2	13.0%
<b>Total</b>	15	100%
<b>Até 3 estagiários</b>	10	67.7%
<b>Entre 3 e 5 estagiários</b>	1	6.7%
<b>Entre 5 e 8 estagiários</b>	1	6.7%
<b>Acima de 8 estagiários</b>	—	—
<b>Nenhum</b>	3	20,0%
<b>Total</b>	15	100.0%

**Tabela 4:** Número de Funcionários, de Voluntários e de Estagiários na Organização

### **8.1.2.-Aspectos relacionados com os beneficiários e os interessados na Organização**

A segunda parte do questionário incidiu-se sobre questões relacionadas com os beneficiários e os que estão interessados nas acções desenvolvidas pela Organização. Desta forma, procurou-se saber um pouco mais acerca do relacionamento das Organizações com os seus beneficiários, questionando sobre os incentivos a estes oferecidos, se realizam pesquisas para verificar o nível de satisfação dos beneficiários e dos funcionários voluntários no ambiente da Organização.

Pode-se constatar que as Organizações fazem Palestras, realizam reuniões e dão formação aos seus colaboradores, principalmente ao pessoal do voluntariado. Mas como se trata de OSFL, nem todas conseguem disponibilizar aos seus funcionários um salário compatível com as empresas. Destas Organizações, somente 20.0% conseguem proporcionar um salário compatível com o das empresas, 40.0% dizem dar formação periódica aos seus funcionários e voluntários, ainda pode-se verificar que 27.0% das Organizações realizam palestras para os seus funcionários e 47.0%, realizam também para os seus voluntários. No tocante à realização de reuniões para demonstrar os resultados obtidos, 33.0% fazem reuniões com os funcionários e 27.0% com os voluntários. E só 20.0% das Organizações dão um subsídio aos seus voluntários para os incentivar.

	<b>Respostas Funcionários</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Respostas Voluntários</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Remuneração compatível com a de outras organizações</b>	3	20.0%	–	–
<b>Formação periódica</b>	6	40.0%	6	40.0%
<b>Palestras para que possam ampliar a visão desses utentes sobre o trabalho desenvolvido pela Organização</b>	4	27.0%	7	47.0%
<b>Realização de reuniões com o objectivo de apresentar os principais resultados obtidos pela Organização</b>	5	33.0%	4	27.0%
<b>Subsídios de alimentação e transporte</b>	–	–	3	20.0%

**Tabela 5:** Incentivos aos Funcionários e Voluntários

Quanto aos incentivos oferecidos aos parceiros e doadores, 60.0% das Organizações realizam reuniões e 47.0% palestras para divulgar o que têm feito, o que ainda pretendem concretizar e os resultados conseguidos. Segundo essas Organizações, é uma forma de demonstrar a sua transparência e de fidelizá-los.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Palestras para que possam ampliar a visão desses utentes sobre o trabalho desenvolvido pela Organização.</b>	7	47.0%
<b>Realização de reuniões com o objectivo de apresentar os principais resultados obtidos pela Organização</b>	9	60.0%
<b>Outros.</b>	–	–

**Tabela 6:** Incentivos aos parceiros e doadores

Podemos constatar que a maior parte das Organizações procuram saber o nível de satisfação dos seus beneficiários: 47.0% fazem frequentemente, 27.0% nunca fazem, 20.0% só às vezes e 6.7% raramente fazem pesquisas para identificar o nível de satisfação dos seus beneficiários.



	Frequentemente	Raramente	As vezes	Nunca	TOTAL
<b>Respostas</b>	7	1	3	4	15
<b>Percentagem</b>	47.0%	6.7%	20.0%	27.0%	100.0%

**Tabela 7:** Pesquisas para identificar o nível de satisfação dos beneficiados

Quanto a forma utilizada para identificar o nível de satisfação dos beneficiários, pode-se verificar que os que medem a satisfação dos seus beneficiados, a maioria utiliza outros métodos (como por exemplo acompanhamento e reuniões) que é uma percentagem de 53.3%, 13.3% utilizam como procedimento entrevistas, 6.7% utilizam inquéritos e as restantes 27.0% não utilizam nenhum método.

	Inquéritos	Entrevistas	Pesquisas	Outros	Nenhum	Total
<b>Respostas</b>	1	2	—	8	4	15
<b>Percentagem</b>	6.7%	13.3%	—	53.3%	27.0%	100%

**Tabela 8:** Métodos utilizados para identificar o nível de satisfação dos beneficiados

No que se refere à criação de base de dados para melhorias posteriores, 60.0% raramente o fazem, 33.3% nunca fazem e os restantes 6.7% só o fazem às vezes.

	Frequentemente	Raramente	As vezes	Nunca	Total
<b>Respostas</b>	—	9	1	5	15
<b>Percentagem</b>	—	60.0%	6.7%	33.3%	100%

**Tabela 9:** Quantificação dos dados dos beneficiários

Quanto aos funcionários, verificou-se que nem todas as Organizações procuram saber o nível de satisfação dos seus funcionários para uma possível melhoria no ambiente dentro da Organização. 13.3% fazem-no frequentemente, 6.7% raramente, 20.0% as vezes e 60.0% nunca o fazem. (Tabela 10)

	Frequentemente	Raramente	As vezes	Nunca	Total
<b>Respostas</b>	2	1	3	9	15
<b>Percentagem</b>	13.3%	6.7%	20.0%	60.0%	100.0%

**Tabela 10:** Nível de satisfação dos funcionários na Organização

As Organizações incentivam as pessoas que com elas trabalham ou que as apoiam nas suas acções sociais a fazer sugestões, para que haja uma gestão participativa, verificou-se que 100.0% dessas Organizações responderam que incentivam os seus funcionários, 80.0% responderam que incentivam os voluntários, 67.0% responderam que incentivam os seus beneficiários, 47.0% incentivam aos seus doadores e apenas 33.0% disseram que incentivam os financiadores a darem sugestões de melhoria. (Tabela 11)

	<b>R. SIM</b>	<b>Percentagem</b>	<b>R. NÃO</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Funcionários</b>	15	100.0%	0	0%
<b>Voluntários</b>	12	80.0%	3	20.0%
<b>Beneficiários</b>	10	67.0%	5	33.0%
<b>Financiadores</b>	5	33.0%	10	67.0%
<b>Doadores</b>	7	47.0%	8	53.0%

**Tabela 11:** Gestão participativa

### **8.1.3.-Aspectos relacionados com a contabilidade e à prestação de contas na Organização**

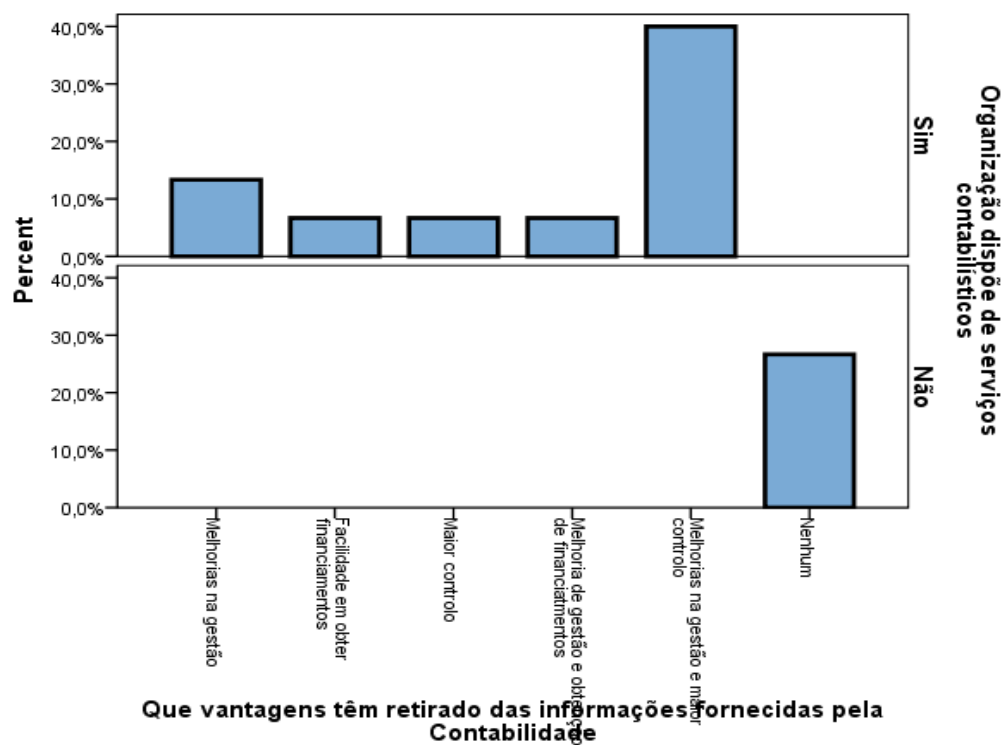
Nesse terceiro grupo de questões, privilegiou-se perguntas para que dessem a conhecer um pouco da Contabilidade nessas Organizações, tendo como objectivo saber que demonstrações financeiras utilizam, como utilizam as informações que dela retiram, a quem prestam conta e as vantagens que têm extraído da Contabilidade.

A primeira questão a que se colocou foi se disponham de Contabilidade na Organização, e 73.0% destas organizações responderam que sim e as restantes 27.0% responderam que não.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	11	73.0%
<b>Não</b>	4	27.0%
<b>Total</b>	15	100%

**Tabela 12:** Contabilidade na Organização

O gráfico 2 apresenta as vantagens que as Organizações têm retirado na Contabilidade, como um instrumento de tomada de decisões tanto a nível interno como de potenciais financiadores/doadores.



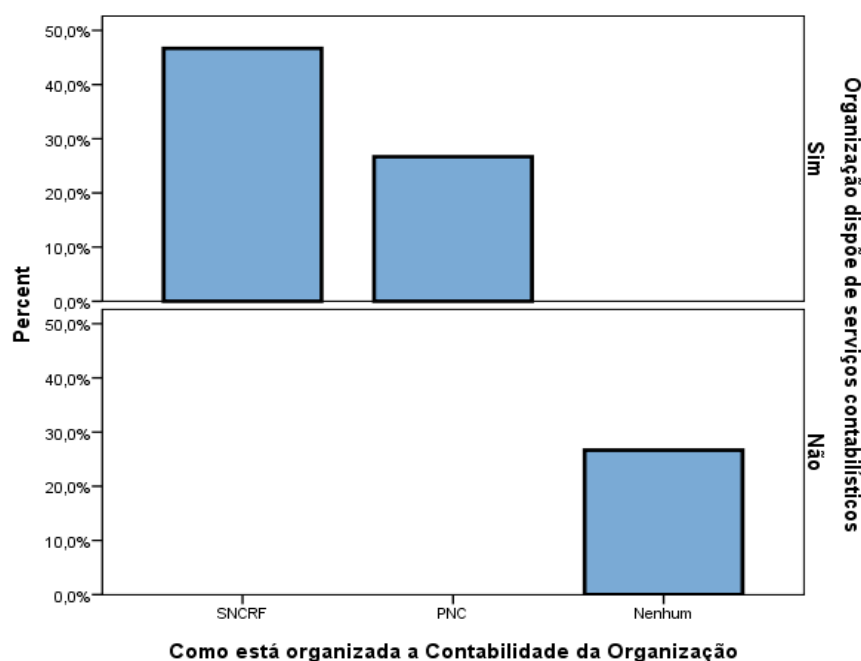
**Gráfico 2:** Vantagens advinentes da Contabilidade

Quanto à forma como a Contabilidade é Organizada, 47,0% responderam que utilizam o Novo Normativo e 27,0% utilizam o plano antigo e as restantes não têm Contabilidade.

	SNCRF	PNC	Nenhum	Outro	TOTAL
<b>Respostas</b>	7	4	4	—	15
<b>Percentagem</b>	47,0%	27,0%	27,0%	—	100%

**Tabela 13:** O plano contabilístico utilizado na Organização

No gráfico 2, a seguir apresentado, demonstra a relação existente entre o facto de as Organizações terem serviços contabilísticos e a forma como esta está organizada.



**Gráfico 3:** A forma como a contabilidade está organizada

Das Organizações que possuem Contabilidade, 27.0% dispõem de um Departamento de Contabilidade, ou seja, a Contabilidade é feita internamente e os restantes 47.0% contratam uma empresa para lhes prestarem o serviço.

	Internamente	Gabinete externo	Não tem contabilidade	TOTAL
<b>Respostas</b>	4	7	4	15
<b>Percentagem</b>	27.0%	47.0%	27.0%	100.0%

**Tabela 14:** Contabilidade da Organização

Das demonstrações financeiras elaboradas pelas Organizações, 73.0% afirmam elaborar o Balanço, 73.0% a Demonstração de resultados, 40.0% a Demonstração de Fluxo de Caixa, 33.0% a Demonstração de Alterações do Capital Próprio e 67.0% responderam que elaboram o Anexo.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Balanço</b>	11	73.0%
<b>Demonstração de Resultados do Exercício</b>	11	73.0%
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	6	40.0%
<b>Demonstração de alterações do Capital Próprio</b>	5	33.0%
<b>Anexo</b>	10	67.0%

**Tabela 15: Mapas Financeiros elaborados**

Quanto a prestação de contas, 93.0% das Organizações prestam-nas aos seus associados, 53.3% prestam contas aos financiadores das suas actividades, 47.0% aos seus doadores, 40.0% aos parceiros, e 27.0% ao Governo e a comunidade.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Governo</b>	4	27.0%
<b>Financiadores</b>	8	53.3%
<b>Doadores</b>	7	47.0%
<b>Comunidade</b>	4	27.0%
<b>Associados</b>	14	93.3%
<b>Parceiros</b>	6	40.0%
<b>TOTAL</b>		

**Tabela 16: a quem a Organização presta Contas à:**

Em termos da utilização das informações financeiras fornecidas pela Contabilidade, para 67.0% das Organizações, essas informações destinam-se a prestar contas aos seus financiadores e 67.0% dizem que utilizam essas informações para a gestão e controlo e somente 6.7%, para fins fiscais.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Para fins fiscais</b>	2	13.3%
<b>Para prestar contas para os financiadores</b>	10	67.0%
<b>Para a gestão e controlo das operações da Organização</b>	10	67.0%

**Tabela 17: Utilização das informações financeiras**

#### 8.1.4.- Aspectos relacionados com a Gestão

Por último, temos as questões relacionadas com a gestão em que se pretendeu saber os seguintes aspectos: de onde provêm os seus fundos; se calculam o custo dos serviços prestados aos seus beneficiários; se fazem planeamento das suas actividades anuais; se utilizam o orçamento nos seus projectos; se comparam o que foi orçamentado com o que foi realizado; se fazem a divulgação desses orçamentos e para quem é que divulgam.

Relativamente aos fundos das Organizações, 40.0% das Organizações disseram que os seus fundos provêm de outros (projectos que realizam, aplicações, financiamentos externos) e de doações, 53.0% responderam que provêm de quotas pagas pelos associados, 6.7% de empréstimos.

	<b>Doações</b>	<b>Subsídios</b>	<b>Quotas</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>Outros</b>
<b>Respostas</b>	6	3	8	1	6
<b>Percentagem</b>	40.0%	20.0%	53.0%	6.7%	40.0%

**Tabela 18:** Os fundos da Organização

Levando em consideração as actividades desenvolvidas pelas Organizações, procurou-se saber se calculavam o custo dos serviços que disponibilizam aos seus beneficiários e 67.0% responderam que sim e os restantes 33.3% disseram que não calculam os custos que incorrem com os serviços prestados.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	10	67.0%
<b>Não</b>	5	33.3%
<b>Total</b>	15	100.0%

**Tabela 19:** A Organização calcula os custos dos serviços oferecidos

No que se refere ao planeamento, seja a nível operacional, estratégico ou financeiro, 47.0% das Organizações responderam que fazem planeamento operacional, financeiro e estratégico, 40.0% responderam que só fazem o operacional e 13.0% responderam que não fazem um planeamento.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim, financeiro, operacional e estratégico</b>	7	47.0%
<b>Sim, Planeamento operacional</b>	6	40.0%
<b>Não</b>	2	13.0%
<b>Total</b>	15	100.0%

**Tabela 20:** A Organização faz um planeamento das actividades

Verificou-se que 47.0% das Organizações utilizam orçamentos para todos os projectos, 27.0% utilizam só para os mais importantes, 6.7% utilizam para as actividades anuais, 13.3% não utilizam orçamentos e 6.7% utilizam para todos os projectos e inclusive para as suas actividades anuais.

	<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim, para todos os projectos</b>	8	53.0%
<b>Sim, só para os projectos mais importantes</b>	4	27.0%
<b>Actividades anuais</b>	2	13.3% %
<b>Não</b>	2	13.3%

**Tabela 21:** A Organização utiliza orçamento:

Relativamente à comparação entre o orçamentado e o efectivado (controlo orçamental) obteve-se as seguintes respostas: 80.0% fazem a comparação dos resultados enquanto 20.0% dessas Organizações não fazem relação entre os gastos efectuados. Quanto a sua divulgação, 87.0% fazem a divulgação desses orçamentos e 13.3% não fazem a sua divulgação.

	<b>R. Comparados</b>	<b>Percentagem</b>	<b>R. Divulgados</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	12	80.0%	13	87.0%
<b>Não</b>	3	20.0%	2	13.3%
<b>Total</b>	15	100.0%	15	100.0%

**Tabela 22:** Divulgação e controlo orçamental

Ainda falando sobre os orçamentos, 67.0.0% das Organizações divulgam os orçamentos aos associados, 27.0% a quem está a financiar o projecto, 6.7% dizem que apresentam os orçamentos aos doadores, funcionários e aos voluntários.

	<b>R. Sim</b>	<b>Percentagem</b>	<b>R. Não</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Associados</b>	10	67.0%	5	33.0%
<b>Financiadores</b>	3	27.0%	12	80.0%
<b>Doadores</b>	1	6.7%	14	93.3%
<b>Funcionários</b>	1	6.7%	14	93.3%
<b>Voluntários</b>	1	6.7%	14	93.3%
<b>TOTAL</b>				

**Tabela 23:** Divulgação dos orçamentos

## **8.2.-Apresentação do estudo de caso**

### **8.2.1.-Caracterização da Empresa em estudo**

A razão fundamental da escolha da ADECO para a realização do estudo de caso prende-se com o facto de essa Instituição prosseguir fins intimamente relacionados com a defesa dos direitos dos consumidores, por seguir uma gestão organizada, íntegra e transparente, para com todos os que estão directamente ligados a sua causa, com enfoque nos consumidores nacionais em geral.

A **ADECO – Associação para Defesa do Consumidor** é uma associação particular de intervenção cívica e de solidariedade social na defesa dos consumidores, que promove a cidadania, o desenvolvimento sustentado e a preservação do ambiente.

É uma instituição sem fins lucrativos, não prossegue fins políticos ou religiosos e é de interesse genérico (isto é, cobre todas as áreas de consumo).

A ADECO foi constituída em 1998 como Associação Regional, com sede em São Vicente e foi reconhecida como pessoa jurídica pelo Ministério da Justiça pelo despacho de 31 de Março de 1999, publicado no Boletim Oficial de Republica de Cabo Verde nº 12, I série, de 19 de Abril de 1999.

Em Dezembro de 2004, foi transformada em uma Associação de âmbito Nacional.



A ADECO fica sedeadada na Ilha de São Vicente, Mindelo, e dispõe de delegações em:

- Santo Antão (na Cidade Porto Novo)
- Santiago (na Cidade da Praia e uma antena em Santa Cruz)
- Sal (na Vila dos Espargos)
- Maio (na Vila de Porto Inglês)

No ano de 2007 passou a ser uma Associação de âmbito Internacional, onde se tornou sócio da **Consumers Internacional**, **escritórios da Africa CIROAF** e nesse mesmo ano foram criadas delegações na diáspora nomeadamente Portugal, E.U.A e França.

A ADECO tem como objectivo a defesa dos direitos e legítimos interesses dos seus associados e dos consumidores em geral, particularmente as camadas mais desfavorecidas. Integrado ainda num plano mais amplo, a ADECO preocupa-se com a protecção do ambiente assim como o exercício da cidadania, desenvolvendo para o efeito, todas as actividades conducentes a realização dos fins preconizados.

### **Financiamento**

Os fundos da Organização provêm de doações, subsídios disponibilizado pelo Governo, quotas pagas mensalmente pelos associados, adjudicação de projectos e com a implementação de um protocolo de colaboração e parceria podem contar com a ajuda das Câmaras Municipais de São Vicente, do Porto Novo, da ilha do Sal e do Maio. Também desenvolvem outras actividades para obter mais fundos como candidatura a projectos e campanhas de angariação de sócios.

A quota mínima paga pelos associados é de cem escudos mensais: contudo, no sentido de estimular a participação activa dos cidadãos das camadas mais desfavorecidas da sociedade, os novos estatutos isentam desse pagamento os desempregados, os cidadãos de baixo rendimento, os deficientes físicos, os estudantes etc. Para estimular a auto-estima e a responsabilização, os cidadãos isentos do pagamento de quotas deverão

contribuir com trabalho voluntário para a comunidade ou para a Organização, conforme as suas possibilidades e capacidades.

Relativamente aos rendimentos ou fundos obtidos pela ADECO, podemos constatar que houve uma evolução positiva dos seus rendimentos de um modo geral, embora, como se poderá ver, a quota dos sócios tenham diminuído, em termos percentuais, em 4.0%. Na tabela que se segue, são demonstrados de onde provêm os recursos financeiros que a ADECO tem vindo a utilizar para o desenvolvimento das suas actividades.

Rubrica	2010	2009	Variação	
	ECV	ECV	ECV	%
<b>Quotas dos sócios</b>	1.530.070	1.587.340	-57.270	-4%
<b>Orçamento do Estado</b>	1.000.000	1.000.000	0	0%
<b>CM Porto Novo</b>	82.500	75.000	7.500	10%
<b>CMSV</b>	750.000	250.000	500.000	200%
<b>Outros</b>	272.120	80.000	192.120	240%
<b>TOTAL dos Proveitos</b>	<b>3.634.690</b>	<b>2.992.340</b>	<b>642.350</b>	<b>21%</b>

**Tabela 24:** Os recursos financeiros da ADECO

Esses fundos destinam-se à liquidação de despesas de funcionamento, realização de actividades, compra de materiais de escritório e pagamento do salário aos seus funcionários. Quanto a esses gastos efectivados pela ADECO, houve um aumento significativo de 57.0%. Desses gastos de 2009 para 2010, com uma maior ênfase nos Fornecimento Serviços Terceiros.

Rubricas	2010	2009	Variação	
	ECV	ECV	ECV	%
<b>Fornecimento Serviços Terceiros</b>	1.481.119	374.388	1.106.731	296%
<b>Despesas com o pessoal</b>	2.197.475	2.012.454	185.021	9%
<b>Despesas Financeiras</b>	4.318	4.490	-172	-4%
<b>Outras Despesas e Encargos</b>	133.305	43.983	89.322	203%
<b>Total dos custos</b>	<b>3.816.217</b>	<b>2.435.315</b>	<b>1.380.902</b>	<b>57%</b>

**Tabela 25:** Os gastos Operacionais da ADECO

No que concerne à gestão, a ADECO faz um planeamento operacional anual para as actividades que irão ser desenvolvidas ao longo de um ano. Um instrumento importante que esta Organização tem recorrido, o orçamento, que tem um papel importante no auxílio à gestão. O orçamento é utilizado por esta em todos os seus projectos e é levado ao conhecimento dos seus associados e financiadores, e depois há uma comparação do que foi orçamentado com o que foi efectivado.

Nas tabelas que se seguem faz-se uma comparação relativamente ao que foi orçamentado para o ano de 2010 e o que foi obtido em termos de recursos e aplicação dos mesmos

Na tabela dos gastos orçamentais, constatou-se que, excepto a rubrica de “outras despesas e encargos”, foi comparativamente inferior ao que foi previsto no orçamento. Foi ultrapassado o valor dos gastos orçamentados nas outras rubricas, mas, não são valores expressivos, e ainda pode-se enfatizar que, devido ao rigor na Gestão houve uma contenção de gastos para o ano a que os gastos orçamentados dizem respeito.

Rubricas	2010	Orçamento	Variação	
	ECV	ECV	ECV	%
<b>Fornecimento Serviços Terceiros</b>	1.481.119	1.226.777	254.342	21%
<b>Despesas com o pessoal</b>	2.197.475	2.154.540	42.935	2%
<b>Despesas Financeiras</b>	4.318	2.818	1.500	53%
<b>Outras Despesas e Encargos</b>	133.305	476.222	-342.917	-72%
Total	<b>3.816.217</b>	<b>3.860.357</b>	<b>-44.140</b>	<b>-1%</b>

**Tabela 26: Controlo Orçamental dos gastos**

Quanto aos recursos que no orçamento foram previstos, o que se efectivou foi maior do que o orçamentado: houve uma variação positiva de 7.0% nos seus recursos relativo ao que foi previsto, o que evidencia que a ADECO tem demonstrado transparência e rigor na apresentação das suas contas principalmente na forma como tem aplicado os recursos que lhe são disponibilizados, o que lhe tem proporcionado confiança por parte dos seus parceiros e maior credibilidade na sociedade.

	<b>Entrada 2010</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Variação</b>	
<b>Rubricas</b>	<b>ECV</b>	<b>ECV</b>	<b>ECV</b>	<b>%</b>
<b>Quotas</b>	1.530.070	1.714.000	-183.930	-11%
<b>Governo</b>	1.000.000	1.000.000	0	0%
<b>Câmara Municipal do Porto Novo</b>	82.500	90.000	-7.500	-8%
<b>Câmara Municipal de São Vicente</b>	750.000	500.000	250.000	50%
<b>Outras Receitas</b>	272.120	100.000	172.120	172%
<b>Total</b>	<b>3.634.690</b>	<b>3.404.000</b>	<b>230.690</b>	<b>7%</b>

**Tabela 27:** Controlo Orçamental dos recursos financeiros

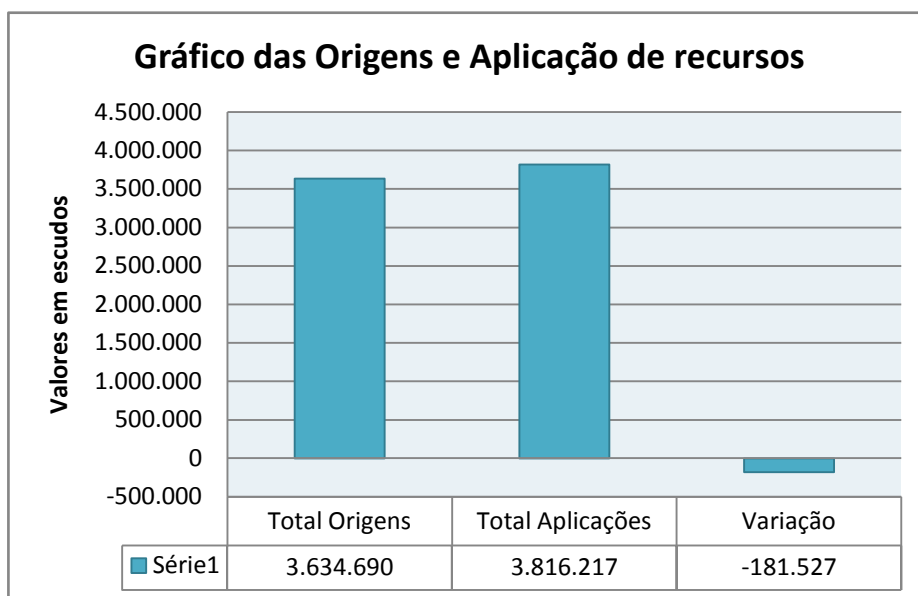
Quanto a origem e aplicação dos recursos da ADECO, constatou-se que há uma diferença entre os recursos obtidos e a distribuição dos mesmos nas actividades, o que demonstra que subsiste a necessidade de angariar mais recursos para dar cobertura às actividades desenvolvidas pela Organização.

A tabela a seguir apresenta os valores dos recursos e a sua respectiva aplicação:

<b>Origens</b>	<b>ECV</b>	<b>Aplicações</b>	<b>ECV</b>
<b>Quotas</b>	1.530.070	<b>Fornecimento Serviços Terceiros</b>	1.481.119
<b>Governo</b>	1.000.000	<b>Despesas com o pessoal</b>	2.197.475
<b>Câmara Municipal do Porto Novo</b>	82.500	<b>Despesas Financeiras</b>	4.318
<b>Câmara Municipal de São Vicente</b>	750.000	<b>Outras Despesas e Encargos</b>	133.305
<b>Outras Receitas</b>	272.120		
<b>Total Origens</b>	<b>3.634.690</b>	<b>Total Aplicações</b>	<b>3.816.217</b>
		<b>Variação</b>	-181.527

**Tabela 28:** Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

O gráfico 4, abaixo indicado, apresenta a proporção dos recursos da ADECO e a forma como foram aplicados, e a diferença existente entre os recursos recebidos e os realizados em gastos operacionais:



**Gráfico 4:** Origem e aplicação de recursos

#### **8.2.2.-Resultados do estudo**

Afere-se que a ADECO dispõe de Contabilidade organizada sob o regime de prestação de terceiros, sustentado no antigo PNC (Plano Nacional de Contabilidade) o que demonstra uma falta de conformidade com as normas existentes, tendo em conta a adopção de um novo normativo contabilístico (SNCRF) em Cabo Verde.

As demonstrações financeiras elaboradas pela ADECO são o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo relativo aos referidos mapas.

Apesar da organização contabilística existente, infere-se que, do ponto de vista da transparência na gestão que se pretende alcançar com a Contabilidade, é satisfatória. Efectivamente, a Contabilidade poderia disponibilizar outros mapas, nomeadamente a Demonstração do Fluxo de Caixa, sobretudo pelas informações que disponibiliza a nível do fluxo das entradas e saídas de Caixa num determinado período e das ilações relativamente a situação financeira que, em combinação com o Balanço e Demonstração de Resultados se pode proporcionar ao utente.

A Contabilidade realizada pela ADECO é na óptica comercial, ou seja, a mesma que é praticada nas empresas, o que não é aconselhável por ser uma Organização sem fins lucrativos. Ao mensurar custos e proveitos, como, na realidade, acontece, configura o que, na prática sucede nas empresas comerciais.

Apesar disso, pode-se concluir que o contributo da Contabilidade para uma gestão transparente na ADECO é fundamental, pois permite disponibilizar aos financiadores, doadores e associados informações que lhes possibilitam exercer um maior controlo dos recursos quer materiais quer financeiros postos à disposição da Organização, ajudando-os assim na tomada de decisões acertadas.

## **CAPITULO IX – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **CONCLUSÃO**

Com as mudanças tecnológicas, económicas, políticas e sociais houve uma profunda alteração de valores na sociedade e as OSFL passaram a ter uma importância fundamental para a sociedade no que respeita a promoção e inclusão social, contribuindo para a formação de comunidades auto-sustentáveis através da interacção entre as pessoas.

Sendo que essas Organizações dependem de doações, de quotas pagas pelos sócios, de subsídios que o Governo pode lhes atribuir e de eventuais doações de terceiros, existe uma necessidade de demonstrar transparência nas suas acções. Para que se ocorra uma gestão eficaz dessas Organizações é necessária a disponibilização de um instrumento capaz de reportar não só informações transparentes, fidedignas e de confiança mas também de evidenciar o seu valor real.

É neste âmbito que se buscou demonstrar a importância da Contabilidade para essas Organizações, como uma ferramenta que, bem utilizada, pode se tornar indispensável.

Face a diferenciação de objecto social entre as OSFL e as empresas tradicionais, há que se lembrar que a Contabilidade aplicável naquelas não pode ser vista na mesma óptica que a aplicada nestas, sendo que nas empresas tradicionais o objectivo primordial é o lucro, enquanto nas Organizações sem fins lucrativos a prioridade são os assuntos sociais. Para as últimas, a Contabilidade deverá funcionar como instrumento de gestão e auxílio no planeamento das suas actividades, de modo a que haja a necessária sustentabilidade a longo prazo.

Procurou-se, através da aplicação de questionários e do estudo de um caso prático verificar a aplicabilidade da Contabilidade como um instrumento necessário capaz de contribuir para uma gestão transparente das OSFL.

Apesar das dificuldades na obtenção de dados, essencialmente devido à estruturação das Organizações questionadas e analisada e à insipiência dos seus sistemas de informação, os resultados alcançados revelam a existência da Contabilidade como factor de transparência e vantagem competitiva, mas também que ainda é um vector pouco expressivo na realidade das Organizações nacionais.

Cabe à Contabilidade, enquanto ciência, a responsabilidade de se constituir como uma ferramenta indispensável para uma gestão transparente nas OSFL, através do reconhecimento, mensuração e divulgação das suas actividades, transversalmente de uma representação fidedigna, compreensível e fiável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre o conceito de transparência na gestão é bastante antiga. Os gestores sempre estiveram atentos à sua importância e sempre deram um valor intuitivo a mesma. Mas a problemática da Contabilidade, como propulsora da transparência na gestão das OSFL, é relativamente recente em gestão.

Com este trabalho pretendeu-se, através de pesquisa bibliografia, aplicação de questionários e análise de um caso prático, contribuir para despoletar a problemática da Contabilidade como agente catalisador da transparência na gestão das OSFL e no seio do universo académico e empresarial cabo-verdiano.

Com o seu desenvolvimento foi possível inferir em termos conclusivos que:

- ✓ a importância das OSFL vem crescendo no seio da sociedade cabo-verdiana;
- ✓ a Contabilidade é uma parte bastante relevante na Gestão dessas Organizações;
- ✓ há falta de critérios regrados na divulgação do resultado das acções desenvolvidas, consequentemente na falta de conformidade com as normas existentes;



- ✓ há necessidade de uma melhor e mais organizada legislação com vista a uma uniformização dos critérios de avaliação, mensuração e divulgação das actividades dessas organizações;

A partir da aplicação de alguns questionários procurou-se verificar a relevância dos aspectos relativos a caracterização, organização, contabilidade e gestão e a sua aplicabilidade no contexto das OSFL cabo-verdianas. Devido a limitação do universo das OSFL em Cabo Verde, especialmente em S. Vicente, não foi possível aprofundar estes e outros aspectos, nomeadamente os relacionados com a transparência.

Assim, considerando a dinâmica que se pretendeu incutir no universo económico de Cabo Verde, face ao importante papel social (e não só) que é privilégio da OSFL, longe de estar concluído, este trabalho pretendeu constituir um estímulo a estudos mais aprofundados que visam a análise e aplicabilidade da Contabilidade como vector importante da transparência na gestão das OSFL no universo económico cabo-verdiano e a identificação de outros indicadores não contemplados no trabalho ora apresentado.

Uma combinação de pesquisa teórica e prática seria desejável e necessária para desenvolver e articular o paradigma, assim como testar a sua utilidade para as OSFL cabo-verdianas.

Fica a certeza de que pesquisas futuras serão necessárias para desenvolver, refinar e estender os conceitos e ideias apresentados, no intuito de que o contributo da Contabilidade para uma gestão transparente das OSFL seja cada vez mais uma realidade e se transforma numa ferramenta de gestão cada vez mais eficiente.

## **Referências bibliográficas e Anexo**

### **BIBLIOGRAFIA**

#### Livros

ALMEIDA, Rui M. P; BARROS, Argentina F. L., Sistema de normalização contabilístico e de relato financeiro (2008).

ARAÚJO, Duarte N.; CARDOSO, Patrícia; NOVAIS, José, Manual de prestação de contas nas entidades sector não fins lucrativas, Vidaeconómica (2012)

BARATA, Alberto S., Contabilidade, Auditoria e Ética nos Negócios, Editorial Noticias, (1999)

BORGES, António; RODIGUES, Azevedo, Contabilidade e Finanças Para a Gestão, 4ª edição, Áreas Editora

COSTA, Carlos B.; ALVES, G. Correia, Contabilidade Financeira, 7º edição Editora Rei dos livros, (2008)

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B., Teoria e Prática de Contabilidade e Gestão, Rés Editora

HOFFMANN, Rodolfo, Estatística Para Economistas, 3ª edição, Editora Pioneira, (1998)

MAJOR, Maria; VIEIRA, Rui, Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática, Escolar editora (2009)

MENDES, Júlio, Contabilidade Geral e Financeira, 1ª edição, Platano Editora, (2001)

SALAZAR, José N. A.; BENEDICTO, Gideon C., Contabilidade Financeira, Thomson, (2004)

SILVA, António C. R., Metodologia de pesquisa aplicada à contabilidade, 2ª edição, Editora Atlas S.A, São Paulo, (2008)

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera M., Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação, 4ª Edição revisada e actualizada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, (2005).

SILVA, F. V. Gonçalves; PEREIRA, J. M. Esteves, Contabilidade das Sociedades, 3ª edição, Plátano Editora, (2002)

VIEIRA, Sonia, Elementos de Estatística, 4º edição, Editora Atlas, (2006)

#### Outras referências

BETON, Elite, Demonstrações Financeiras e Legislação Vigente Aplicados no Terceiro Sector: Um estudo de caso na fundação ABRINQ (2009)

Brito, et al, A utilização das demonstrações financeiras como instrumento de apoio a gestão nas organizações não governamentais um estudo de caso no Estado do Ceará, disponível em <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/article/viewFile/59/52> (Consultado 14 de Março de 2013)

FONSECA, M. D. D. M., Tese de mestrado, Terceiro sector, governabilidade e Balanced scorecard (2007)

IMETON, Luciana S., A contribuição da contabilidade ao processo de gestão de uma Organização de terceiro sector: o caso da IDES, (2008)

LEITE, Marco A. S., O Terceiro sector e as organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs disponível em [http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Artigos\\_e\\_textos/Gestao/terceiro%20setor.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao/terceiro%20setor.pdf) (Consultado em 17-12-2012)

MATA, C. M. S., Práticas de Controlo de Gestão nas Cooperativas de Consumo disponível em [http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1337/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Carlos\\_Mata\\_2007.pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1337/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Carlos_Mata_2007.pdf) (consultado 23-11-2012 às 10h50)

MENDES, A. Cristina, O terceiro sector breve panorama crescimento e desafios disponível em <http://110terceirosetor.blogspot.com/2010/05/terceiro-setor-breve-panorama.html> (consulta em 20 de Novembro de 2012)

MENDES, J. T. N., A Fragilidade da gestão da boa vontade em Organizações não formais, disponível em [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_19288/artigo\\_sobre\\_a\\_\(fr\)agilidade\\_da\\_gest%C3%83o\\_da\\_boa\\_vontade\\_em\\_organiza%C3%87%C3%95es\\_n%C3%83o\\_formais](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_19288/artigo_sobre_a_(fr)agilidade_da_gest%C3%83o_da_boa_vontade_em_organiza%C3%87%C3%95es_n%C3%83o_formais) (Consultado em 12 de Dezembro de 2012)

PEDROSA, Carlos José, A contabilidade como instrumento de gestão, [http://www.consultores.com.br/artigos.asp?cod\\_artigo=381](http://www.consultores.com.br/artigos.asp?cod_artigo=381) (consulta em 13 de Novembro de 2012)

SANTOS, Cleston A., Práticas de contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba, disponível em <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D035.pdf> (Consultado em 21 de Janeiro de 2013)

SOARES, Alexandra C. A. A., Gestão do terceiro sector: uma prática social? Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v17n1/v17n1a02.pdf> (consultado em 17-12-2012)

ZANLUCA, Júlio César, A Contabilidade como instrumento de gestão empresarial <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeinstrumentodagestao.htm> (consultado em 12-12-2012)

ZALUNCA, Júlio C., A Contabilidade do terceiro sector, disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm> (consultado em 12-12-2012)

Gestão de Organizações Não Governamentais, disponível em <http://www.financeiro24horas.com.br/informativo.aspx?CodMateria=865> (consulta em 17-12-2012).

[www.facebook.com/adecocaboverde](http://www.facebook.com/adecocaboverde)

[www.adeco.cv](http://www.adeco.cv)

[www.youtube.com/adecoconsumidor](http://www.youtube.com/adecoconsumidor)

<http://www.platongs.org.cv/>

#### Legislação consultada

Lei das Associações em vigor – Lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro – Suplemento B.O.nº.52

Decreto regulador do exercício do direito de associações (Reconhecimento das Associações) – Decreto nº.108/87, de 24 de Outubro – B.O.nº.34.

Lei que estabelece benefícios fiscais as instituições não governamentais

Decreto-Lei que aprova o Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos – IUR – Decreto – Lei nº.106/IV/94 – B.O.nº.31.

Lei de enquadramento orçamental que regula as retenções na fonte – IUR – Lei nº.91/V/98 – B.O.nº48

## ANEXO

### Questionário

#### A - CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

1- Qual é a área de actuação desta Organização?

a) ☐ Educação    b) ☐ Meio Ambiente    c) ☐ Cultural

d) ☐ Saúde    e) ☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

2- Há quanto tempo esta Organização entrou em funcionamento?

a) ☐ Há menos de 01 ano b) ☐ Entre 1 e 3 anos

c) ☐ Entre 3 e 5 anos d) ☐ Mais de 5 anos.

3-Desde de quando a associação está Legalizada?

---

4- Qual o número de funcionários da Organização?

a) ☐ Até 5 funcionários                      b) ☐ Entre 5 e 10 funcionários

c) ☐ Entre 11 a 15 funcionário d) ☐ Acima de 15 funcionários

5- Qual o número de voluntários na Organização?

a) ☐ Até 5 voluntários b) ☐ Entre 5 e 10 voluntários

c) ☐ Entre 11 e 15 voluntários d) ☐ Acima de 15 voluntários

6- Qual o número de Estagiários na Organização?

a) ( ) Até 3 Estagiários                      b) ( ) Entre 3 e 5 Estagiários

c) ( ) Entre 5 a 8 Estagiários   d) ( ) Acima de 8 Estagiários

7-A Organização possui uma missão declarada/explicitada?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

i.     Se SIM, qual?

---

---

ii.    Se Não, porquê?

---

---

**B - ASPECTOS RELACIONADOS COM OS BENEFICIÁRIOS E OS INTERESSADOS NA ORGANIZAÇÃO**

8- Quais os principais incentivos oferecidos aos funcionários?

a) ( ) Remuneração compatível com a de outras organizações

b) ( ) Formação periódica

c) ( ) Palestras para que possam ampliar a visão desses utentes sobre o trabalho desenvolvido pela Organização

d) ( ) Realização de reuniões com o objectivo de apresentar os principais resultados

obtidos pela Organização

9- Quais os principais incentivos oferecidos aos voluntários?

a) ( ) Formação periódica

b) ( ) Palestras para que possam ampliar a visão desses utentes sobre o trabalho desenvolvido pela Organização

c) ( ) Realização de reuniões com o objectivo de apresentar os principais resultados obtidos pela Organização

d) ( ) Subsídios de alimentação, transporte

10- Quais os principais incentivos oferecidos aos parceiros e aos doadores?

a) ( ) Palestras para que possam ampliar a visão desses utentes sobre o trabalho desenvolvido pela Organização.

b) ( ) Realização de reuniões com o objectivo de apresentar os principais resultados obtidos pela Organização

c) ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

11-A Organização procura saber o nível de satisfação dos beneficiados com suas acções?

a) ( ) Frequentemente    b) ( ) Raramente

c) ( ) As vezes              d) ( ) Nunca

12-Quais os métodos utilizados para identificar esse nível de satisfação?

a) ( ) Inquéritos    b) ( ) Entrevistas

b) ( ) Pesquisas    d) ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

13-A Organização quantifica esses dados, para melhorias posteriores?



a) ☐ Raramente      b) ☐ frequentemente

c) ☐ as vezes      d) ☐ nunca

14-A satisfação com o ambiente de trabalho (condições de trabalho e recompensas) é medida?

a) ☐ Frequentemente   b) ☐ Raramente

c) ☐ As vezes   d) ☐ Nunca

15- A Organização incentiva os funcionários, voluntários, beneficiados, doadores e financiadores a apresentarem sugestões de melhoria nas actividades e na gestão?

SIM/NÃO

a) ☐ Funcionários)   ☐ Voluntários   ☐ Beneficiados

d) ☐ Financiadores   ☐ Doadores

#### C - ASPECTOS RELACIONADOS COM A CONTABILIDADE E À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ORGANIZAÇÃO

16- A Organização dispõe de serviços contabilísticos?

a) ☐ Sim      b) ☐ Não

Porquê?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17 – Como está organizada a Contabilidade da Organização?

a) ☐ SNCRF      b) ☐ PNC

c) ( ) Nenhum                      d) ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

18 – A Contabilidade é feita:

a) ( ) Internamente?

b) ( ) Através de Gabinete de Contabilidade externo?

19- Quais os mapas financeiros que são elaborados pela Organização?

a) ( ) Balanço

b) ( ) Demonstração de Resultados do Exercício

c) ( ) Demonstração de Fluxos de Caixa

d) ( ) Demonstração de alterações do Património Social

e) ( ) Anexo

f) ( ) Notas explicativas

20- Que vantagens têm retirado das informações fornecidas pela Contabilidade?

---

---

21- Para quem a Organização presta contas?

a) ( ) Governo              b) ( ) Financiadores              c) ( ) Doadores

d) ( ) Comunidade      e) ( ) Associados              f) ( ) Parceiros

22- Como utiliza as informações financeiras?

a) ( ) Para fins fiscais      b) ( ) Para prestar contas para os financiadores

c) ( ) Para a gestão e controlo das operações da Organização

23- Com que frequência são preparadas as informações financeiras?

a) ( ) Mensalmente

b) ( ) Trimestralmente

c) ( ) Semestralmente

d) ( ) Anualmente

e) ( ) Não existe regularidade na apresentação das informações financeiras

#### D - ASPECTOS RELACIONADOS COM A GESTÃO

24- De onde provem os fundos da Organização?

a) ( ) Doações      b) ( ) Subsídios      c) ( ) Quotas pagas pelos associados

d) ( ) Empréstimos   e) ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

25- Como esses fundos são aplicados?

---

---

26- Que actividades desenvolvem para obtenção de mais fundos?

---

---

27- A Organização calcula os custos dos serviços oferecidos?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

28- A Organização faz um planeamento das actividades?

a) ( ) Sim, a Organização faz um planeamento operacional anual com base no plano estratégico, que inclui o plano financeiro e o institucional de longo prazo

b) ( ) Sim, a organização faz apenas o planeamento operacional anual

c) ( ) Não

29- A Organização utiliza orçamento?

a) ( ) Sim, para todos os projectos

b) ( ) Sim, mas apenas para os projectos mais importantes

d) ( ) Actividades anuais

c) ( ) Não

30- O que foi orçamentado é comparado com o que foi atingido?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

31- Esses orçamentos são divulgados pela Organização?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

Se SIM, para quem? \_\_\_\_\_

Se NÃO, porque não são divulgados? \_\_\_\_\_

---

Os meus sinceros agradecimentos pela preciosa colaboração

